

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

CLIENTELISMO E MÁQUINA ESTATAL  
NAS ELEIÇÕES DE 1982  
MARIA ANTONIA ALONSO DE ANDRADE  
TEXTOS UFPB - NDIHR Nº 8  
JOÃO PESSOA - FEVEREIRO/85

UFPBNDiHR

CLIENTELISMO E MÁQUINA  
ESTATAL NAS ELEIÇÕES DE 1982

# ÍNDICE

## CLIENTELISMO E MÁQUINA ESTATAL NAS ELEIÇÕES DE 1982

	PÁGINA
A. O PAPEL ELEITORAL DO NORDESTE . . . . .	1
A.1. O significado das eleições de novembro de 1982 e o papel do Nordeste . . . . .	1
A.2. Reformulação partidária e casuísmos legais .	4
A.3. Estratégia eleitoral e áreas geopolíticas . .	7
A.4. A política econômica governamental para o Nor <u>de</u> deste, a máquina estatal e o clientelismo . .	9
A.4.1. A renovação do velho compromisso político entre o Estado e as elites . . . . .	9
A.4.2. Os incentivos fiscais e financeiros e o crê <u>di</u> dito subsidiado . . . . .	12
A.4.3. Os Programas Especiais . . . . .	14
A.4.4. Os reflexos da política econômica governa <u>na</u>	

mental na estrutura fundiária . . . . .	17
A.4.5. Centralização, dependência e sistema <u>fi</u> <u>cal</u> . . . . .	19
A.4.6. Os resultados: dependência e pobreza . . .	20
Concl <u>u</u> sões . . . . .	24
A.5. Os resultados do pleito: o reforço da <u>inter</u> <u>dependência</u> . . . . .	27
 B. AS ELEIÇÕES DE 1982 NA PARAÍBA . . . . .	 32
B.1. Os partidos políticos . . . . .	32
B.2. Os resultados eleitorais . . . . .	48
B.3. O peso eleitoral dos Sindicatos e dos Grupos de Pressão . . . . .	59
 CONCLUSÕES . . . . .	 64
BIBLIOGRAFIA . . . . .	68
 ANEXO	
 TABELA 1 - Estado da Paraíba - Eleitorado, <u>Votan</u> <u>tes</u> e <u>Abst</u> enção (1966/70/72/74/76/78 .	
 TABELA 2 - Estado da Paraíba - Eleitorado e <u>resul</u> <u>tado</u> das eleições para o poder <u>Legisla</u> <u>tivo</u> federal e estadual (1966/70/74/78.	
 TABELA 3 - Estado da Paraíba - Resultado das <u>elei</u> <u>ções</u> para Governador, poder Legislativo Federal estadual. (1982).	

TABELA 4 - Estado da Paraíba - Resultado das eleições para o poder Legislativo Federal e Estadual em % do eleitorado (1966/70/74/78/82).

TABELA 5 - Estado da Paraíba - João Pessoa. Resultados Eleitorais para o Senado (1966/70/74/78/82).

TABELA 6 - Estado da Paraíba - João Pessoa. Resultado Eleitoral para a Câmara de Deputados. 1966/70/74/78/82.

TABELA 7 - Estado da Paraíba - Município de João Pessoa. Resultados das Eleições para a Assembléia Legislativa. 1966/70/74/78/82.

TABELA 8 - Estado da Paraíba. Resultado das Eleições para a Câmara Municipal de João Pessoa. 1972/76/82

HISTOGRAMA 1 - Resultado das eleições para o Governador do Estado (1982).

HISTOGRAMA 2 - Resultado das eleições para o Senado Federal (1966/70/74/78/82).

HISTOGRAMA 3 - Resultado das eleições para a Câmara Federal (1966/70/74/78/82).

HISTOGRAMA 4 - Resultado das eleições para a Assembléia Legislativa (1966/70/74/78/82)

## A. O PAPEL ELEITORAL DO NORDESTE

### A.1. O SIGNIFICADO DAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO DE 1982 E O PAPEL DO NORDESTE

O objetivo declarado pelo governo, das eleições de novembro de 1982, foi o cumprimento de mais uma etapa na implantação "lenta e gradual" da democracia.

Porém, toda uma parafernália de casuísmos legais foi montada para atingir um objetivo eleitoreiro diferente. O caminho para a verdadeira democracia comportaria a existência do direito de greve e de sindicatos livres, a legalização dos partidos de esquerda e a inexistência de casuísmos eleitorais. O que se viu foi exatamente o contrário: os casuísmos marcando as cartas do jogo eleitoral e o imediatismo eleitoreiro desmobilizando os grupos de pressão e as massas.

Na realidade, o pleito foi programado para funcionar como uma válvula de escape face ao desgaste do modelo poli

tico, econômico e social implantado a partir de 1964.<sup>1</sup>

O sistema procurava uma legitimação e o aval da nação para a dívida externa contraída que era, e é, o item mais premente a ser resolvido em matéria de política pública do país.

Esta legitimidade não poderia ser procurada no Centro Sul do país, por ser a área mais urbanizada e politizada, possuidora de uma população mais contestadora e opositoris ta, portanto a tentativa de legitimação estaria centrada no tradicional reduto governista nordestino, alvo principal da estratégia eleitoral do governo.

Às vésperas da eleição, a dívida era estimada oficialmente em 89 bilhões de cruzeiros. É significativo que, tendo acertado com o F.M.I. o reescalonamento da mesma desde agosto ou setembro de 1982, o governo tenha ocultado ao país a gravidade da situação e esperado o fim das eleições para renegociar abertamente a dívida.

A imprensa nacional analisou amplamente o fato, acusando o governo de montar uma verdadeira farsa para ocultar a situação de insolvência nacional, mais grave inclusive que a da Argentina e o México, pois, ao contrário destes países, o Brasil não dispõe de saldo na balança comercial

---

<sup>1</sup> Conferência de Décio Freitas, (UFPb, agosto, 1982).

que lhe permita pagar a dívida.<sup>2</sup>

Logo após a eleição, o Brasil era visitado pelo presidente Reagan e alinhava-se com os Estados Unidos na conferência do GATT, aceitando o apadrinhamento americano e pagando assim certo preço político: um novo reforço do modelo dependente, traduzido numa maior abertura dos países em desenvolvimento aos bancos, empreiteiras, seguradoras e empresas de processamento americanas, entre outras.<sup>3</sup>

Evidentemente o governo aceitou correr um risco, embora calculado, com a realização das eleições, que se evidenciou, na fase pré-eleitoral, pelos sucessivos boatos sobre a não realização do pleito, ou sobre a provável anulação do mesmo devido à possibilidade da somatória de votos nulos e brancos ultrapassarem 50% do total de votos. A imprevisibilidade do casuísmo eleitoral era tal que o feiticeiro tinha medo do feitiço virar contra ele próprio. E virou, como veremos, mas não devido aos votos nulos e brancos, que não ultrapassaram a percentagem usual.

O cálculo eleitoral do governo baseava-se na combinação dos seguintes elementos:

- 1) Processo de reformulação partidária, de iniciativa

---

<sup>2</sup>"A renegociação da dívida externa". *Folha de São Paulo*. (27 de novembro de 1982). p. 20

<sup>3</sup>"O GATT, palco de aproximação Brasil-USA". *Folha de São Paulo*. (28 de novembro 1982). p. 46.

governamental, com a finalidade de dividir a oposição e ampliar o espaço de manobra do governo.

- 2) Os casuísmos legais, peças articuladas numa espécie de xadrez eleitoral, para garantir uma margem ampla de vitória.
- 3) O tradicional apoio do Nordeste, reforçado pelos próprios casuísmos eleitorais.
- 4) A utilização da máquina estatal voltada totalmente ao serviço do PDS durante as eleições.

## A.2. REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA E CASUÍSMOS LEGAIS

David Fleischer analisa a reorganização do sistema partidário no contexto da "abertura" política (leia-se manipulação dos elementos do jogo eleitoral) empreendida em quatro fases distintas.<sup>4</sup>

Na primeira fase, 1979, o governo, articulado pelo Ministro da Justiça, Petrônio Portela, e pelo Chefe da Casa Civil, Gen. Golbery, manobrou para implodir a oposição, tomando dela a iniciativa política: lei de anistia, extinção

---

<sup>4</sup>David Fleischer, "A evolução do quadro partidário, 1979-1982. Um Requiem para o pluri-partidarismo moderado?", (mimeografado); ANPOCS. (Nova Friburgo, R.J., outubro, 1982).

do bipartidarismo, eleição direta para os governadores em 1982 e uma certa tolerância com as greves dos trabalhadores. O esquema de Portela baseava-se na formação de um partido de centro, o PP, formado por ex-arenistas e ex-moderador do PMDB, que funcionasse como uma linha auxiliar do governo, no plano federal, passível de coalisões a nível de Congresso. Em suma, tratava-se da "oposição confiável".

Na segunda fase (janeiro de 1980 - agosto de 1981), após a morte de Petrônio Portela, organizaram-se como previsto, o PTB e o PT. Em 1980, com a cisão brizolista, surge o PDT. Como consequência do realinhamento partidário, houve modificações na composição do Congresso Nacional e, apesar da fragmentação oposicionista, em março de 1981, perfilou-se um fortalecimento do PMDB em detrimento da posição majoritária do PDS. Assim sendo, o governo teve que valer-se do decurso de prazo para fazer aprovar, por exemplo, o adiamento das eleições municipais de 1980. O fim desta fase se caracteriza pelo endurecimento do regime (lei de estrangeiros), repressão às greves, episódio do Rio Centro) e pelo agravamento do processo de deterioração da economia brasileira, provocado pela elevação de juros no mercado financeiro.

No início da terceira fase (agosto de 1981 - fevereiro de 1982), o Gen. Golbery demite-se como consequência da derrota sofrida no confronto com o Ministro do Planejamento Delfim Neto. Aos olhos do governo, o combate à inflação e o equilíbrio na balança de pagamento eram prioritários e in

compatíveis com a estratégia eleitoral proposta por Golbery, e que incluía até a realização das eleições, "Aumentos salariais, adiamento do aumento da contribuição da Previdência Social e relaxamento da política de recessão".<sup>5</sup>

Com a deterioração da posição do PDS perante a opinião pública, mostrada em pesquisas eleitorais, e a falta da "maioria confiável" no Congresso, o governo fez aprovar, por decurso de prazo, o "pacote eleitoral" de novembro de 1981 (vinculação total de votos e proibição de coalizões partidárias). O PP, prejudicado por estas medidas incorporou-se ao PMDB, por decisão da convenção nacional do partido e da Convenção conjunta com o PMDB em fevereiro de 1982. A incorporação dos pequenos partidos foi evitada pelo governo, reduzindo a exigência das condições legais mínimas para a sobrevivência de tais partidos. Após a fusão PP/PMDB, o governo garantiu-se com um novo "pacote" contra uma eventual vitória oposicionista no Congresso Nacional: foi aumentado o quorum necessário para uma mudança constitucional e o tamanho da Câmara Federal, adiou-se a eleição indireta do Presidente da República, mudando-se o colégio eleitoral, também foram adiadas maiores exigências para a existência de pequenos partidos e as eleições municipais foram defasadas até 1988.

---

<sup>5</sup> Idem. Ibid.

### A.3. ESTRATÉGIA ELEITORAL E ÁREAS GEO-POLÍTICAS

As peças estratégico-eleitorais do governo foram articuladas para atuarem em áreas geo-políticas determinadas. Assim, a reformulação partidária foi programada para dividir a oposição, especificamente nos estados do Sul. No resto do país, após a incorporação dos principais partidos da oposição, regrediu-se na prática, para o bipartidarismo. "Com exceção do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Acre, em nenhum outro estado a soma de votos dados aos três menores partidos (PDT, PT e PTB) alcançou 5% do total".<sup>6</sup>

A vitória do PDS no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, único quisto governista no sul do país, deveu-se, exatamente, à divisão das oposições.

Já os outros itens da estratégia eleitoral do governo visavam prioritariamente ao Nordeste, onde funcionaram a contento numa sincronia perfeita:

- 1) a vinculação do voto foi criada para favorecer o PDS, partido mais organizado da região.

---

<sup>6</sup> Bolivar Samounier e Maria Judith Muszinski, "São Paulo, 1982: a vitória do P(MDB), (mimeografado), ANPOCS. (Águas de São Pedro, S.P., outubro, 1982), p. 1.

- 2) a simultaneidade das eleições em todos os níveis, federal, estadual e municipal, aliada à vinculação do voto, fez com que nas regiões onde ainda subsiste o neo-coronelismo, o pleito se municipalizasse, graças à ação das chefias políticas locais, produzindo uma espécie de "sertanização" de voto, que contrariou as expectativas de voto plebiscitário da oposição.
  
- 3) a máquina governista, colocada a serviço do PDS, atingiu principalmente, embora não exclusivamente, o Nordeste, completando o círculo de ferro que se fechou em torno da região. Todos os recursos, materiais ou não, foram utilizados fartamente na fase pré-eleitoral: desde as repetidas visitas do próprio Presidente Figueiredo e de seus ministros, munidos de convênios seletivos (só para as prefeituras governistas), até a sábia dosagem das verbas da emergência, passando pela utilização eleitoral da do Fim Social.

No Nordeste, o PDS constituiu-se numa poderosa máquina política, cuja atuação se baseia no poder de atração de recompensas materiais e cuja essência é nitidamente clientelística.

#### A.4. A POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL PARA O NORDESTE, A MÁQUINA ESTATAL E O CLIENTELISMO

##### A.4.1. A renovação do velho compromisso político entre o Estado e as elites.

A explicação do comportamento político-eleitoral do Nordeste passa por uma análise das relações entre o Poder Central e o poder local e das relações entre o Estado e a Região.

Trata-se de saber se a tradicional estrutura de poder oligárquico regional mudou, até onde, e porque mudou.

Os resultados eleitorais de novembro de 1982 nos autorizam a pensar que de alguma forma estas relações Estado/Região adotaram novas formas para a renovação de um velho compromisso político.

Nossa hipótese é que, nas últimas décadas, a política econômica do governo federal para o Nordeste tende a reforçar a curto e médio prazo o bloco dominante local que seria um dos principais beneficiários dos mecanismos de intervenção econômica do governo.

A ação do Estado na Região têm se caracterizado pela centralização e o dirigismo de coloração autoritária pa

ternalista. A chamada "modernização conservadora" lembra velhas fórmulas históricas de revoluções reformistas e do "Estado de Compromisso".

O Estado pós-64 vem atuando como um duplo agente no Nordeste: como agente econômico patrocina a penetração do capitalismo no meio rural, e, como agente político, procura o apoio da Região, pelo intermédio das antigas oligarquias dominantes da área, para "legitimar-se" como governo, tentando assim "legitimar" todo um Sistema.<sup>7</sup>

A longo prazo, o processo de implantação das relações capitalistas de produção corroi lentamente o poder das oligarquias, mas estas tem conseguido apropriar-se dos mecanismos de intervenção econômica estatal, aproveitando-se das brechas deixadas pelas falhas estruturais da política governista.

O objetivo declarado do governo federal é "modernizar" o Nordeste, ou seja, fazer com que o capitalismo penetre plenamente na área. Para tal, vem desenvolvendo, desde a década de 70, uma série de Programas Especiais apoiados num sistema de incentivos fiscais e financeiros, no crédito rural subsidiado e no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. Este serviço, centraliza todo o sistema via

---

<sup>7</sup> Marcel Bursztyn, "Nova forma de um velho compromisso. Crêdito rural e coronelismo". (mimeografado). (Campina Grande, 1982).

EMATER e condiciona a obtenção dos créditos à implantação do pacote tecnológico do governo. Assim, se introduz o sistema bancário no campo e se dissemina o consumo de produtos industrializados.<sup>8</sup>

Ao mesmo tempo, o governo federal, implanta grandes projetos agropecuários e industriais para a expansão de culturas específicas (ex.: Proálcool) e faz investimentos diretos em infraestrutura física (estradas, energia, etc.).

Paralelamente, tenta, sem êxito, aliviar as falhas estruturais desta política com as frentes de emergência das secas, que hoje, como no passado, não passam de uma indústria manipulada pelas elites locais.

O conjunto destes mecanismos de intervenção econômica estatal, é, teoricamente, dirigido para melhorar as condições de vida da população rural, desenvolvendo e modernizando as atividades agro-pecuárias, fomentando a mentalidade empresarial moderna, fortalecendo o cooperativismo e elevando o nível de renda e emprego.

Porém, os resultados são bem diferentes.

---

<sup>8</sup> Ibid.

#### A.4.2. Os incentivos fiscais e financeiros e o crédito subsidiado

Nas últimas décadas, 90% dos incentivos fiscais e financeiros foram aplicados quase exclusivamente na pecuária favorecendo sobretudo os grandes pecuaristas.

Entre 1964 e 1974 só 1.000 projetos agropecuários foram aprovados pela SUDENE e SUDAM.<sup>9</sup>

De 75 à 90% do volume total de créditos, foram concedidos aos médios e grandes proprietários (acima de 100 ha.), sendo que 40% deste volume total de crédito foi concedido a 1% dentre os maiores produtores ou seja, aproximadamente 10.000 proprietários que representam apenas 6,27% do total de estabelecimentos agrícolas do Nordeste.

O crédito se concentra fortemente nas culturas de exportação ou que permitam a substituição de importações.<sup>10</sup>

Estes dados revelam o caráter extremamente concentrador da concessão de créditos agrícolas subsidiados e dos incentivos fiscais e financeiros. Observa-se também uma prio

---

<sup>9</sup> Vera Maria da Rosa Borges, "Análise Preliminar da Política Agrária no Nordeste Brasileiro no período 1950-1980, enfatizando o estado de Pernambuco". Texto nº 10, Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, (UFPE. 1981)

<sup>10</sup> Marcel Bursztyn, op. cit.

ridade de ambas para a pecuária em detrimento da agricultura, dado o maior retorno de investimentos produzido pelo gado.<sup>11</sup>

Portanto, os beneficiários diretos do crédito e da política de incentivos são sobretudo os grandes e, em menor medida, os médios proprietários. Beneficiários indiretos são o setor industrial (máquinas, adubos, defensivos, etc.) e a agro-indústria de alimentos. Afora distorções como o desvio do crédito rural para manobras especulativas, as principais conseqüências desta política creditícia e de incentivos tem sido a queda de produção de gêneros básicos, como o feijão e o arroz, com o conseqüente aumento dos seus preços, a elevação dos custos da produção e da renda da terra, a valorização fundiária, a queda no nível de vida do trabalhador e o êxodo rural.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Entre 1965-69, diminui o crédito para as culturas permanentes e aumenta 30 vezes para a pecuária. Na Paraíba, entre 1978-79, o crédito agrícola aumentou 27,2% e o crédito para a pecuária 183,1%, in: Marcel Bursztyn, op. cit.

<sup>12</sup> Ibid.

#### A.4.3. Os Programas Especiais

Já que os Programas Especiais, se apoiam na política de incentivos e no crédito subsidiado anteriormente analisados, e na medida em que não há uma perspectiva de reformas estruturais, os resultados destes Programas convergem para os mesmos resultados.

Objetivam a reprodução ampliada de capital atacando os pontos de estrangulamento agrícola sem abordar as transformações agrárias essenciais.<sup>13</sup>

Foram iniciados na década de 70, com o PIN, que visa a canalização de excedentes da mão de obra nordestina para Amazonas, na tentativa de aumentar a produção agrícola sem mexer na estrutura agrária.

Em 1971, foi criado o PROTERRA (Programa de Distribuição de Terras no Nordeste), que terminou privilegiando os grandes projetos agropecuários e agro-industriais.<sup>14</sup>

Em 1974 o PIN e o PROTERRA passaram a ser meros financiadores de novos projetos como o POLONORDESTE (Programa

---

<sup>13</sup> John Redwood III e Pedro Eugenio Cabral, "Análise Preliminar dos Programas Especiais de Desenvolvimento Rural que atuam em Pernambuco", Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, UFPE, (Recife, 1981).

<sup>14</sup> Ibid.

de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste).

Fazendo um balanço de atuação destes Programas,<sup>15</sup> ve  
rifica-se que apenas 25% dos assentamentos produzidos se re  
ferem a redistribuição de terras, em tanto que 75% dos mes  
mos se referem a colonização no Maranhão, Bahia e Rio Gran  
de do Norte.

Somadas a ação do INCRA e do POLONORDESTE produziram  
menos de 4.000 assentamentos por ano no Nordeste.

Em 1982, ano eleitoral, o governo distribuiu 35.801  
títulos de propriedade da terra na Região. O que correspon  
de a 60% do total de títulos outorgados até hoje pelo Esta  
do. Os resultados da atuação do POLONORDESTE são os seguin  
tes:<sup>16</sup>

- reforçou a penetração capitalista no campo.
- facilitou a pecuarização, geralmente as custas da  
lavoura de subsistência.
- elevou o preço da terra através de investimentos em  
infraestrutura.
- estimulou a especulação e a concentração de terras

---

<sup>15</sup> SUDENE/ADS/CEMO PROJETO NORDESTE - GT. II. "Instrumentos  
setoriais para a redefinição de uma política de desen  
volvimento rural para o Nordeste", SG. T1, - (Ação Fun  
diária), (resumo do relatório), (Fortaleza, março,  
1983), p. 6.

<sup>16</sup> John Redwood III e Pedro Eugenio Cabral, op. cit.

- em grandes propriedades, tornando o acesso dos pe  
quenos produtores cada vez mais difícil.
- teve escassos efeitos sobre o nível de emprego e  
renda.
  - devido à falta de reestruturação fundiária, os assa  
lariados tem sido essencialmente marginalizados de  
seus benefícios, enquanto que médios e grandes pro  
dutores foram os mais favorecidos.

A avaliação da política de Recursos Hídricos mostra  
que teve motivações mais políticas do que técnicas. O núme  
ro de pessoas que foram obrigadas a abandonar as terras,  
foi seis vezes superior aos empregos gerados. Finalmente,  
nenhuma meta foi alcançada, embora tenham sido absorvidos  
maiores recursos do que o previsto.<sup>17</sup>

O PROJETO SERTANEJO (Programa Especial de Transforma  
ção da Região Semi-Árida do Nordeste) foi iniciado em 1976.  
Tal como vem funcionando, não pode beneficiar o agricultor  
sem terra, porém, beneficia desproporcionalmente os agri  
cultores proprietários entre 100 e 500 ha.

Mostrando falhas na coordenação geral do programa,  
na assistência técnica e carecendo de orientação tecnolôgi  
ca adequada, "não será capaz de modificar fundamentalmente as  
condições sócio-econômicas da zona semi-árida".<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Ibid.

Resumidamente: um breve balancete dos resultados de alguns entre os principais Programas Especiais, mostra que eles tendem, ao menos a curto e médio prazo, a reforçar o poder de uma elite, que não só se beneficia com a valorização de suas terras e com os grandes projetos agropecuários, mas amplia suas bases de poder político pelo uso e controle da máquina tecno-burocrática que o Estado amplia e reforça para a implantação de suas políticas.

#### A.4.4. Os reflexos da política econômica governamental na estrutura fundiária

Entre 1960 e 1980, o índice de Gini, calculado sobre os dados fornecidos pela FIBGE, indica uma concentração crescente da terra no Nordeste.

Pelo Censo de 1980 os produtores rurais nordestinos se distribuem da seguinte maneira:<sup>19</sup>

Nº total de produtores	2.450.700
Proprietários	1.409.232
Arrendatários	393.859
Parceiros	126.810
Ocupantes	911.052

<sup>19</sup> SUDENE/ADS/CEMO, Projeto Nordeste, op. cit., p. 3-5.

Portanto, existem 1.031.721 trabalhadores sem terra.

Na Paraíba, entre 1960 e 1975, os índices mostram também um processo de concentração da propriedade fundiária.

O estado mostra um perfil fundiário onde o latifúndio ocupa 65% da superfície agrícola estadual, e o minifúndio 24,4%. O número de grandes propriedades (mais de 1.000 ha) tem diminuído em 5,8%, mas aumentaram a sua área ocupada em 8,8%, e seu tamanho médio em 156%. Ou seja: o latifúndio cresce, embora o número de latifundiários seja cada vez menor. Ele constitui 5% do total de estabelecimentos agrícolas, porém, ocupa 65% da superfície agrícola estadual.

Por outra parte, o minifúndio se subdivide cada vez mais:

- os de menos de 100 ha. constituem 95% do total de estabelecimentos e ocupam 36% da área agrícola.
- os de menos de 50 ha., constituem 92% do total de estabelecimentos e ocupam 24,4% da área agrícola.
- 74% dos estabelecimentos agrícolas da Paraíba possuem área média de 2,7 ha. e 83,6% são inferiores a 20 ha.<sup>20</sup>

Ou seja, a maioria dos estabelecimentos agrícolas pa

---

<sup>20</sup> Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Planejamento, FIPLAN, "Estudos básicos para o planejamento estadual", (1982).

raibanos são minifúndios tão pequenos que não podem prover a subsistência de uma família.<sup>21</sup>

Evidentemente, uma estrutura agrária como esta coloca sérias dificuldades para os objetivos da "modernização conservadora", embora, contraditoriamente, a própria política econômica do governo reforce as distorções já existentes.

#### A.4.5. Centralização, dependência e Sistema Fiscal

Um elemento decisivo para a deterioração das economias dos estados nordestinos e o agravamento da dependência dos mesmos em relação ao governo federal foi a reforma tributária de 1965, implementada em 1967, e que mostrou seus efeitos a partir de 1971.

A União recolhe os impostos estaduais e os redistribui de acordo com critérios normalmente ligados à importância econômica e à infra estrutura geral dos estados, o que desfavorece nitidamente os estados nordestinos, cujas receitas são constituídas essencialmente pelos seguintes itens:

- a) O ICM, elemento principal das rendas próprias dos estados.

---

<sup>21</sup> Ibid.

- b) As transferências do governo federal.
- c) As operações de crédito.

O ICM tem decaído em alguns estados sendo insuficiente para pagar o funcionalismo público. As operações de crédito podem ser barganhadas, mas produzem um enorme endividamento e precisam ser aprovadas pelo Senado. As transferências constituem, em alguns estados, como a Paraíba, aproximadamente 80% da receita, evidenciando o nível de dependência ao governo federal, agravado pelo fato da esfera política estadual não ter grande poder decisório, nem a nível da gerência de recursos, nem a nível da elaboração dos planos, dispondo apenas de um nível secundário de poder de barganha no que diz respeito aos recursos destinados aos municípios.<sup>22</sup>

#### A.4.6. Os resultados: dependência e pobreza

Obviamente, o acirramento das condições de extrema pobreza da Região são indissociáveis da centralização e da política econômica do governo federal.

---

<sup>22</sup> Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Planejamento, FIPLAN, "Análise do Comportamento da Receita do Estado da Paraíba" (1982) e entrevista com M<sup>te</sup> José de Azevedo, assessora técnica da FIPLAN (1982).

Nos anos 70, a estratégia do ministro Delfim Neto, anti-SUDENE, promoveu o fortalecimento dos centros já desenvolvidos, "cujos reflexos deveriam expandir-se em círculos concêntricos até as periferias."<sup>23</sup>

Os números atestam o fracasso da política oficial e o crescente desnível regional.

O Nordeste detém 48% da pobreza absoluta e 47% dos analfabetos do país.<sup>24</sup> Sua renda per capita é 1/3 da renda per capita nacional, 60% da população economicamente ativa do Nordeste ganha até um salário mínimo ou não tem rendimento algum, contra 26% na mesma situação no Sudeste.<sup>25</sup>

Apenas 12% dos investimentos nacionais são aplicados na Região, apesar de mesma abrigar 40 milhões de habitantes, ou seja, um terço da população do país. Somente 20% dos incentivos fiscais são destinados ao Nordeste, via SUDENE, (150 dos 750 bilhões de incentivos nacionais).

A pobreza nordestina se concentra sobretudo no meio rural, especialmente na zona semi-árida. A seca atual, que se prolonga desde 1979, atinge 63% do território nordestino

---

<sup>23</sup>Folha de São Paulo. "O Nordeste emergente I". 12 de novembro de 1982.

<sup>24</sup>VEJA, Entrevista com o Superintendente da SUDENE, Valfrido Salmato, "São verbas combatem as secas", (23 de março de 1983).

<sup>25</sup>Pesquisa do presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, vereador Di Lourenzo. In: *O Norte*. 4 abril 1982. p. 2.

e 1.419 municípios.<sup>26</sup>

Como consequência, as cidades interioranas são periodicamente invadidas e saqueadas por centenas de retirantes famintos.

Alguns exemplos a seguir dão idéia da magnitude do endividamento, da dependência e da deterioração econômica dos estados nordestinos e seus reflexos na política e nas eleições.<sup>27</sup>

Piauí, Maranhão, Ceará e Paraíba só conseguem pagar o funcionalismo com recursos federais a fundo perdido; mesmo assim, o Ceará e a Paraíba, logo após as eleições, pagam com um atraso de até dois meses; o Ceará fez 26.000 nomeações às vésperas do pleito de novembro, o que não deixa de ser significativo do ponto de vista das práticas clientelísticas a que nos referíamos acima.

O Governador eleito na Paraíba, Wilson Braga, em entrevista concedida no programa "Política", da Rede Bandeirante de Televisão declarou ter encontrado o estado com um déficit de 40 bilhões de cruzeiros que, somados a um déficit mensal de 1 bilhão, só com despesas de pessoal, deveria chegar em dezembro de 1983 a 80 bilhões de cruzeiros. A arrecadação do ICM paraibano é de 3,4 bilhões de cruzeiros e a despesa de pessoal é de 4,3 bilhões.

<sup>26</sup> VEJA. (23-III-83)

<sup>27</sup> Folha de São Paulo. O Nordeste Emergente II. Novembro de 1982.

Alagoas tem uma dívida de 20 bilhões de cruzeiros, em bora sua receita tenha crescido 40%, nos últimos anos.

A dívida externa de Pernambuco é de 130 milhões de dólares e sua agricultura há anos cresce abaixo do consumo, seu PIB foi reduzido 8% em 1981 e sua produção industrial decresceu 8% em 1982. Apenas 3 das 40 empresas estatais são rentáveis, sobrecarregadas que estão de funcionalismo ocioso que suga parte da receita do estado para pagamento de pessoal. Só a dívida da COMPESA é de 20 bilhões de cruzeiros.

O insuspeito Roberto Magalhães, governador eleito pelo PDS de Pernambuco, declarou: "o empreguismo é o maior devorador dos combalidos orçamentos dos estados nordestinos. De nada adiantará aumentar a receita dos estados se os governadores, pressionados pelos políticos e pela miséria, continuarem distribuindo cargos públicos".

Se o endividamento dos governos nordestinos é devido às causas estruturais acima especificadas, é evidente que o atraso no pagamento do funcionalismo está ligado também, e especificamente, ao derrame de benesses com finalidades eleitorais, o que configura nitidamente as práticas clientelísticas da máquina política, trevestida em alguns casos por um verniz "populista", que não passa de uma mera sobrevida do populismo de outras eras.

Dada a peculiaridade da situação dos estados nordes

tinios, e pretensão "distributivismo" de certas lideranças políticas não poderia ultrapassar o nível dos favores individualizados, o que é atestado pela pobreza dos programas e plataformas governamentais que incluem metas, algumas das quais (por ex. pagamento do décimo terceiro salário para o funcionalismo, no programa de Wilson Braga) dificilmente poderão ser cumpridas, haja vista a dificuldade para o pagamento dos salários.

## CONCLUSÕES

O processo de centralização estatal, ampliado depois de 1964, redimensiona e reforça uma espécie de novo pacto neo-coronelístico entre o Poder Central e o Nordeste.

"O Poder Central se reforça gradativamente por causa e apesar do reforço do poder local."<sup>28</sup>

A política econômica do governo federal beneficia, prioritariamente os médios e sobretudo os grandes proprietários.

A terra, base tradicional de poder, está cada vez mais concentrada na mão de uma elite como consequência da política econômica governamental.

---

<sup>28</sup> Marcel Bursztyn. Op. cit.

A máquina tecno-burocrática do Estado, ampliada para atender às necessidades da política centralizadora, surge como mais uma base de poder político passível de uso e controle por parte da elite.

Dentro do novo pacto político redimensionado, os neo coronéis não são mais, como os antigos coronéis, sujeitos da ação do Estado, mas objetos da mesma, passando a ser, simplesmente seus beneficiários.<sup>29</sup> O novo pacto dispensa o coronelismo mas não os neo-coronéis. Um tal benefício é correspondido com o tradicional apoio nordestino, articulado pelas suas elites, ao governo federal, sobretudo em época eleitoral.

O sistema fiscal e a política econômica são o pivô da subordinação da administração local e estadual ao Poder Central, pois infidelidades políticas podem ser punidas economicamente.

- Nas áreas rurais persiste a força das chefias políticas, em muitos casos remanescentes de antigas oligarquias familiares. A troca de votos por recompensas materiais era uma das características do antigo coronelismo, o que facilitou a assimilação, pelas populações rurais, das práticas clientelísticas no atual contexto político.

---

<sup>29</sup> Ibid.

- O novo neo-coronel é um misto de moderno empresário e de coronel. Como empresário, "modernizou-se", ou seja, soube fazer uso das oportunidades de inversão e lucro oferecidas pelo sistema creditício do governo e pelos Programas Especiais. Mas em boa medida, as relações de produção no meio rural nordestino não são plenamente assalariadas.

Com o processo de expulsão do camponês da terra, fruto do avanço da cana e do gado dos grandes projetos agropecuários, surge um crescente número de boias frias que se tornam assalariados temporários e que, como a imensa maioria de parceiros, rendeiros ou meieiros não possuem carteira de trabalho nem gozam de direitos trabalhistas.

Estamos numa fase de transição em que a dependência do trabalhador a respeito do proprietário da terra permanece muito forte embora esteja mudando de feição.

O paternalismo típico do assistencialismo praticado pelo coronel a modo antigo, vem sendo substituído gradativamente pelas novas relações clientelísticas que caracterizam a política nordestina.

O velho coronel se auto-financiava política e eleitoralmente, o neo-coronel o faz só em parte, hoje, o seu principal parceiro no financiamento direto ou indireto da clientela política é o Estado.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Ver entrevista com O Cel. Zê Sérgio Maia, de Catolé do Rocha, (outubro de 1983).

## A.5. OS RESULTADOS DO PLEITO: O REFORÇO DA INTERDEPENDÊNCIA

Os resultados do pleito mostram um país eleitoralmente dividido em duas áreas: a oposicionista, rica, com maior população, radicada predominantemente na área urbana e com maior extensão territorial, e a governista, pobre, com maior extensão territorial, menos povoada e com população predominantemente rural, como mostra o seguinte quadro.<sup>31</sup>

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	OPOSIÇÃO	P D S
POR PARTIDOS		
No PIB	75,2%	24,6%
Na arrecadação do ICM	72,67%	27,23%
No território nacional	59,72%	40,28%
Na população total do país	58,52%	41,4%
Na população urbana do país	66,17%	33,68%
Na população rural do país	42,59%	57,28%

A oposição venceu, portanto, nos 10 principais Estados da Federação. Também conquistou a maioria na Câmara dos Deputados, elegeu 10 governadores, 10 senadores, ganhou

<sup>31</sup> "Oposições vão governar o "país rico"." *Folha de Paulo*. (13 de março de 1983). p. 6. (Dados consolidados pela autora).

as prefeituras de 83 dos 100 maiores municípios do país e conseguiu maioria nas câmaras municipais em 19 das 23 capitais dos Estados.<sup>32</sup>

As oposições reunidas obtiveram 9,3 milhões de votos acima do PDS nas áreas mais desenvolvidas, mais alfabetizadas e politizadas do Brasil.

A constatação do peso nordestino no saldo eleitoral governista motivou amargo comentário na Folha de São Paulo, de Gerardo Mello Mourão, em que classificou o eleitorado regional de "lumpen elektorat".

Neste sentido, existe uma farta produção na Ciência Política, que estabelece correlações entre as variáveis do desenvolvimento sócio-econômico e a democracia (ALKER, DAHL, DEUTSCH, RUSSET), segundo os parâmetros liberais.

A compreensão da formação econômica brasileira em geral, e da nordestina em particular, passa pelo duplo crivo teórico-metodológico da teoria da dependência e da teoria da estrutura de classes.

Economicamente o Nordeste é hoje um mercado externo do Centro Sul, ou seja, a acumulação não se dá endogenamente, e seus fatores de produção são exportados para outras

---

<sup>32</sup>"O momento atual e as tarefas do PMDB: conclusões do 1º encontro estadual do PMDB da Paraíba" (mimeografado). (Campina Grande, 25 de fevereiro de 1983).

áreas, prioritariamente o Sudeste do país.

Curiosamente, estabeleceu-se uma espécie de interdependência entre o governo federal e a Região Nordeste: a condição periférica da região e a dependência dos governos estaduais do governo federal corresponde uma total dependência do "capital" político-eleitoral nordestino por parte do "establishment" governamental.

As questões que se colocam são as seguintes:

- 1) o esvaziamento da SUDENE e a redução do Nordeste às condições de periferia foi fruto de uma política deliberada do governo federal?
- 2) será o governo federal obrigado a praticar uma política de negociação que vise a assumir o desenvolvimento do Nordeste como uma prioridade nacional?
- 3) existe, de fato, por parte das elites políticas nordestinas e federais, uma vontade política de transformar o Nordeste?
- 4) qual será o peso das forças econômicas interessadas em manter o "status quo" de "colonialismo" interno?
- 5) que papel desempenharão os governos oposicionistas em relação ao problema nordestino e à reorganização das oposições na região?
- 6) como se dará a reorganização dos movimentos de massas, desmobilizados pelas eleições?

- 7) qual será o grau de unidade da oposição a nível, entre outros, da Câmara de Deputados, para impedir manobras governamentais como o "decorso de prazo"?
- 8) até que ponto interferirão eventuais casuísmos eleitorais nas próximas eleições? ...

Certamente há muito mais perguntas do que respostas.

Recentemente, os governadores eleitos do Nordeste se reuniram, em Fortaleza e Natal, para reivindicar do governo federal, entre outras coisas: uma reforma tributária que acabe com o monopólio federal sobre o desenvolvimento regional e que seja um instrumento de redistribuição social da renda do país; uma racionalização na aplicação dos recursos; o fortalecimento da SUDENE e o restabelecimento da influência dos governadores no organismo ... em suma, cobraram a promessa do Presidente Figueiredo de dar prioridade máxima ao Nordeste quando, sensibilizado pelos resultados eleitorais da região em favor do PDS, prometeu "virar o mapa do Brasil de cabeça para baixo". Até se ventilou a possibilidade do candidato à Presidência, ou à Vive-Presidência, ser um nordestino.

Esta iniciativa é olhada com desconfiança por certas áreas oposicionistas, pois, segundo ela, poderia "envolver os objetivos políticos e os interesses de grupo dominantes"<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Ibid.

ou, na expressão de Aloisio Alves, porque "não existe von  
tade política do governo federal transformar o Nordeste.  
Sem a dependência econômica o governo perderá seu domínio  
na região."<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup>"O Nordeste emergente I". Op. cit.

## B. AS ELEIÇÕES DE 1982 NA PARAÍBA

### B.1. OS PARTIDOS POLÍTICOS

Na Paraíba apenas três partidos participaram da campanha eleitoral: o PT, o PMDB e o PDS. O PTB e o PDT não atingiram os requisitos mínimos exigidos por lei para disputar a eleição e apoiaram candidaturas peemedebistas.

O PT pretendia ser o único partido não alinhado com as forças políticas tradicionais. Sua base social e sua chapa eram formadas por estudantes, professores e trabalhadores.

No início da campanha o partido era simultaneamente acusado de "obreirismo" e de partido de intelectuais universitários. Na realidade, tais acusações correspondiam a visões parciais da luta interna do partido em que a ala mais intelectualizada conflitava freqüentemente com outras tendências e lideranças trabalhadoras.<sup>35</sup> O PT se auto-de

---

<sup>35</sup>Entrevista da autora com o presidente do PT paraibano Eliezer Pedrosa Gomes em 26.Iv.82.

fine como um partido diferente pois "brota das próprias raízes do movimento popular" tendo assim por base social "os setores mais combativos e organizados da classe operária".

Declara "sua condição de partido em processo de amadurecimento", não trazendo aos trabalhadores "as bases e as luzes de uma ciência social estruturada". "Não é um partido pronto e acabado", "é um partido político novo e não uma frente política de massas". "É um partido democrático aberto, mas apoiado nos critérios de centralização necessária à garantia de uma prática política homogênea e unificada".

Segundo as conclusões do próprio partido, a presença ativa de várias correntes de esquerda, identificadas com as suas origens, cria contradições internas, gerando atitudes deformadas de relacionamento no interior da estrutura partidária, tais como a tentativa de transformar o partido numa frente política de massas, tendo, como partido, finalidades apenas táticas ou a tentativa de transformar o PT em núcleo de vanguarda marxista-leninista da classe operária ou a prática efetiva do direito de tendência, equiparando ao direito de fração, o que leva ao desrespeito das diretrizes traçadas nas Convenções e nos Estatutos do partido, na defesa de teses e na adoção de atitudes estranhas ao partido.<sup>36</sup>

<sup>36</sup>"O Partido dos Trabalhadores e as demais correntes políticas de esquerda" in: documentos do Grupo de trabalho da Comissão Nacional, Resolução da Comissão Nacional Provisória (1981).

A fraqueza do petismo na Paraíba não parece ser alheia a este tipo de contradições internas refletidas nas atitudes de indefinição política que, em certos casos, fizeram derivar alguns de seus membros para o lado peemedebista, ou nos enxertos conservadores que provocaram até a ameaça da expulsão e inquérito contra um candidato petista ao legislativo federal.<sup>37</sup>

Por parte de PMDB houve tentativas de aproximação com o PT, no sentido de incorporá-lo à frente oposicionista. A recusa do PT parece ter sido motivada pela falta de compensação em termos de concessões programáticas e de candidaturas que o PMDB não estaria disposto a oferecer, isto sem falar na própria recusa da organização nacional do partido que não se enxerga como uma "frente" mas como um partido desvinculado das raízes políticas tradicionais.<sup>38</sup>

A maior parte do contingente petista teve sua origem nas lutas populares das comunidades de base, das favelas e da política universitária e minoritariamente da luta sindical, dada a fraqueza e a divisão interna do sindicalismo paraibano. A finalidade da participação na campanha elei

<sup>37</sup> O movimento dentro do partido pró-expulsão do candidato a deputado federal Zé Isidro foi amplamente divulgado pelo rádio e pela imprensa. Ver também a entrevista com Eliezer Pedrosa Gomes.

<sup>38</sup> Antonio Mariz atribui o fracasso da tentativa de incorporação do PT ao PMDB à diretriz nacional do PT, já que do seu ponto de vista, se a frente oposicionista conseguisse incorporar a esquerda, não haveria problema algum para se chegar a um acordo programático com o PT, bem menos radical, porém reconheceu que as concessões em termos de candidaturas seriam impossíveis. Entrevista com Antonio Mariz, em 5-V-83.

toral parece ter sido mais a conquista de espaço político e a difusão do programa partidário do que a competição eleitoral propriamente dita.

A esperança inicial, um tanto otimista, da conquista de um deputado estadual e de algumas vereanças, viu-se fragorosamente desmentida pelos resultados eleitorais: o PT obteve apenas 3.918 votos para seu candidato a governador.

A pobreza franciscana do partido foi evidenciada pela ausência de propaganda eleitoral de caráter gratuito na TV, justificada pela falta de verbas necessárias para prover o material.

A divisão das oposições, imputada aos petistas pelo PMDB durante a campanha, não teve maior peso na derrota oposicionista, dados os resultados eleitorais anteriormente citados. À medida que a eleição se aproximava ficava clara a derrota do PT que se verificou na votação pedessista da favela Beira Rio, considerada uma espécie de "experiência piloto" do partido em termos do trabalho desenvolvido junto à população das áreas periféricas da capital.

O programa nacional do PT e seu "Plano de Ação" poderia resumir-se no tema "Terra, trabalho e liberdade", correspondente a uma proposta socialista não especificada pois dependeria de uma proposta popular e não de uma orientação verticalista. A este respeito, é de se destacar o despreparo teórico do candidato petista à governança do estado, o bancário Derly Pereira, que, em debate promovido pela

UFPb, demonstrou a sua fragilidade face aos embates de Antonio Mariz, quando chamado a especificar questões básicas, relativas ao teor do socialismo petista.

A candidatura de Antonio Mariz como cabeça de chapa do PMDB foi fruto das contingências da política nacional e estadual.

Com a decisão a nível nacional da incorporação do PP ao PMDB, colocou-se em termos estaduais o problema da escolha do candidato passível de arregimentar um maior número de votos. Dado o caráter heterogêneo da "frente peemedebista", não vingaram outros critérios de escolha. A hipótese de um candidato proveniente do antigo MDB foi descartada, pois Ronaldo Cunha Lima era defendido por setores minoritários do partido e o nome de Marcondes Gadelha não seria apoiado pelos agripinistas, devido a antigas rivalidades político-familiares na política de Souza.

O nome de Celso Furtado chegou a ser cogitado, evidenciando talvez não a falta de um melhor candidato, mas o impasse provocado pelas rivalidades intra-partidárias.

O peso do agripinismo, aos olhos da fração ortodoxa do antigo MDB, era calculado não só em termos dos votos que poderia carrear, como também do prejuízo eleitoral para a oposição, caso a incorporação não viesse a se concretizar. É que o governador à época, Tarcísio Burity, ofereceu a cabeça da chapa pedessista para João Agripino, na tentativa de escantear a candidatura de Wilson Braga, que

ele não desejava, e de, ao mesmo tempo, esvaziar a frente oposicionista.

É por esta razão que João Agripino teve condições de praticamente impor ao PMDB a candidatura de seu parente Antonio Mariz, ameaçando, em caso contrário, ser ele próprio, candidato pelo partido do governo.

Restou ao PMDB a inserção de Mário Silveira como candidato a Vice-governador, com a evidente missão de funcionar como "garantia" da facção emedebista, na eventualidade do partido ganhar as eleições. O ex-deputado cassado Mário Silveira é tido como um dos baluartes morais do antigo MDB e homem de estrita confiança de Humberto Lucena. Numa eventual candidatura humbertista ao governo do estado, o fato de Dr. Mário Silveira assumir o governo do estado em substituição a Antonio Mariz, em plena campanha, seria fundamental, dado o peso da utilização da máquina do estado nas eleições. Isto foi percebido por João Agripino, que foi o pivô de uma forte contestação à candidatura do Dr. Mário Silveira, contestação que partiu aparentemente de setores campinenses ligados ao advogado Edivaldo do Ó.

As pressões foram de tal ordem que levaram Mário Silveira a fazer fortes declarações à imprensa, reiterando a sua condição de candidato face, inclusive, à própria "frieza" dos seus correligionários. A candidatura só se manteve perante a ameaça de Dr. Mário de desligar-se do partido, e da política, pois não iria para outro partido, mesmo

após explicar tudo em carta aberta à população.<sup>39</sup>

Este episódio ilustra o grau de instabilidade da frente oposicionista e dá indícios de algumas das causas da desorganização da campanha peemedebista, em que um duplo comando era nitidamente percebido.

Além dos ex-arenistas que ingressaram no PMDB via ex-PP, e da ala ex-emedebista, a frente oposicionista contava com uma ala esquerda formada por integrantes do PC do B e do MR8, que se aliaram taticamente a setores mais conservadores do PMDB na forma de "dobradinhas", como as formadas por Aloísio Afonso Campos/Wanderly Farias/ Sônia Germano e João Agripino / Jorio Machado/Augusto Arroxelas.

A ala esquerdista mostrou-se particularmente ativa durante a campanha, teve peso relevante nas discussões internas e na elaboração da plataforma partidária parecendo, ideológica e materialmente, mais próxima de Mariz do que as outras facções partidárias.

O próprio Mariz declarou-se "mais próximo do socialismo do que do capitalismo", embora tivesse relutado em definir-se como socialista.<sup>40</sup>

A questão da candidatura de Mariz trouxe como

---

<sup>39</sup>Entrevista com Mário Silveira - *O Norte*.

<sup>40</sup>Debata entre Antonio Mariz e Derly Pereira na UFPb

principal consequência a adesão do grupo Gadelha ao PDS e o lançamento de Marcondes Gadelha como candidato prioritário do PDS ao Senado, o que indiretamente prejudicou a família pedessista dos Gaudêncio, que nada pode fazer perante o apoio do Planalto via Senador Sarney, à candidatura de Marcondes.<sup>41</sup>

Logo no início da campanha, configurou-se uma debanda de políticos opositoristas que aderiram ao PDS: Inácio Pedrosa, Juraci Palhano, Olavo Nóbrega, Ped. Levi Rodrigues, Heraldo Gadelha, Severino Gomes e Bosco Barreto.

As razões da adesão variaram: desde acusações de "invasão" da área eleitoral por outros candidatos, sem que a direção do partido tomasse providências, até questões de rivalidade pessoal com os prefeitos peemedebistas do município eleitoral de base, passando por razões de ordem financeira.

As adesões ao PDS não foram consideradas importantes, do ponto de vista eleitoral, pela cúpula do PMDB, com exceção do caso de Severino Gomes, em Picuí, cujo prejuízo foi calculado em aproximadamente 7.000 votos.<sup>42</sup>

A base social do PMDB era principalmente a classe me

---

<sup>41</sup> "Marcondes: fui convocado pelo Presidente Figueiredo". *O Norte*, (01.VIII.82).

<sup>42</sup> Entrevistas com Mário Silveira em 15-V-82 e em 26-V-82.

dia das áreas urbanas. Os grandes grupos econômicos ali-  
nharam-se com o PDS, com exceção do industrial e proprie-  
tário peemedebista José Fernandes de Lima.

A estratégia eleitoral estava centrada:

- 19) na ação nos grandes centros urbanos, tradicional-  
mente oposicionistas, com cuja vantagem pensa-  
vam neutralizar a soma dos pequenos municípios do  
interior, sabidamente pedessistas.
- 29) na confiança desmedida no suposto caráter plebis-  
citário do voto. Ou seja, na esperança de que,  
na situação de crise econômica generalizada, de  
reflexos especialmente duros em estados nordes-  
tinos pobres como a Paraíba, assolada também pe-  
la seca, "o povo receberia dinheiro do governo  
e votaria na oposição" em sinal de repúdio à si-  
tuação político-econômica geral e a própria misé-  
ria em particular. Esta foi a tônica peemedé-  
bista desde o início até os últimos dias da cam-  
panha.<sup>43</sup>

A crença no voto plebiscitário supunha também que "a  
cabeça da chapa é que puxaria a eleição", o que foi desmen-

---

<sup>43</sup> A tese do voto plebiscitário foi defendida ininterrupta-  
mente por Pedro Moreno Gondim e Mário Silveira, duran-  
te várias entrevistas realizadas pela autora durante a  
campanha eleitoral, inclusive durante a última, uma se-  
mana antes do pleito. Também foi reconhecida como er-  
ro estratégico por Antonio Mariz em entrevista à auto-  
ra, (5-V-83).

tido pelos resultados eleitorais, que evidenciaram a municipalização do pleito.

Com base nesta estratégia, o PMDB deixou de apresentar candidatos em 16 municípios, que, juntos, representavam 4,13% do eleitorado, e apresentou candidatos simbólicos em outros quatro, que equivaliam a 3,8% do mesmo eleitorado. Ou seja, virtualmente o PMDB não concorreu em 20 municípios, o que representa quase 8% do eleitorado paraibano, mais ou menos 80.000 mil votos, abandonados ao PDS. O que explica boa parte da margem da derrota do partido.<sup>44</sup>

O programa peemedebista "Diretrizes para um governo popular" apareceu tardiamente pouco mais de um mês antes das eleições, não servindo, portanto, como deveria, de plataforma para a campanha do partido. As raras pessoas que dele tomaram conhecimento o receberam em caráter de "documento de circulação restrita", no mínimo estranho em se tratando de um programa partidário. O documento foi elaborado por um pequeno grupo de especialistas, sob a coordenação de Ronald de Queiroz, sem consulta nem posterior debate com as bases partidárias.<sup>45</sup> O PMDB teve enormes dificuldades para o financiamento da campanha, algo aliviadas com a candidatura do empresário da área educacional

---

<sup>44</sup> Alguns militantes peemedebistas calculam que o número de municípios virtualmente sem candidato se elevaria a 40.

<sup>45</sup> *Ibidem*, entrevista com Antonio Mariz.

Ney Suassuna, para o Senado, por uma sub-legenda.<sup>46</sup>

As empresas, interessadas num bom relacionamento com o Poder, prudentemente, financiaram tanto a campanha do PDS como a do PMDB, embora a quantia destinada à oposição tenha sido consideravelmente menor.<sup>47</sup>

De qualquer maneira, os recursos do PMDB foram irrisórios se comparados com os do PDS que, acima de tudo, contou com a máquina do Estado.

Alguns episódios da campanha evidenciam a impotência da frente oposicionista para competir com os benefícios de todo ordem oferecidos pelo partido governista ao eleitorado. No município de Monte Horebe uma ativa cabo eleitoral peemedebista viu desistir seus próprios parentes da candidatura municipal pelo PMDB perante irrecusável oferta governista. Como consequência o partido obteve no município apenas 43 votos. Lances semelhantes se verificaram em vãrios municípios como Santana de Mangueira, Bom Jesus e Cachoeira dos Índios.

No PDS, Wilson Braga terminou impondo sua candidatu

---

<sup>46</sup> Ney Suassuna gastou na campanha aproximadamente 63 milhões de cruzeiros, que distribuiu entre alguns candidatos a deputado federal do PMDB.

<sup>47</sup> Calcula-se, aproximadamente, em 22 milhões o volume de recursos obtidos pelo PMDB junto às empresas.

ra, apesar da oposição inicial do governador Tarcísio Bu  
rity. Era uma espécie de candidato natural do partido go  
vernista, dado seu longo e paciente trabalho junto ao elei  
torado e sua ascendente carreira iniciada na sua área ba  
se, o Vale do Piancõ, onde seu pai já tinha atuação políti  
ca. Braga foi deputado federal desde 1966, sempre com uma  
votação crescente, colocando-se como deputado mais votado  
a partir de 1974, quando ultrapassou a votação de Antonio  
Mariz, deputado federal mais votado em 1970.<sup>48</sup>

Os principais grupos econômicos paraibanos apoiaram  
o PDS e a candidatura de Wilson Braga: Ribeiro Coutinho, Ve  
loso Borges, Pereira e Gadelha. O candidato a vice-gover  
nador, José Carlos da Silva, proprietário da Indústria Ca  
fé São Braz, era estranho ao meio político e foi escolhido  
em função do apoio financeiro à campanha. A atuação polí  
tica de Wilson Braga enquadra-se nos moldes clientelísticos  
que configuram o quadro nordestino descrito anteriormente  
e que se caracteriza pela utilização da máquina tecno-buro  
crática do Estado e pela assimilação dos redutos neo-coro  
nelistas interioranos, onde as chefias políticas locais,  
face ao agigantamento da máquina estatal, se transformaram  
em meras intermediárias entre o eleitorado e as instâncias  
municipal, estadual e federal.

---

<sup>48</sup> Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Planejamento,  
FIPLAN, "Estatísticas Eleitorais. O desempenho da  
ARENA e do PMDB, 1966-1978". (João Pessoa, A União  
Editora, 1982).

Neste contexto, a estratégia pedessista atuou numa dupla frente: os pequenos municípios do interior, onde estavam suas tradicionais bases políticas e as áreas urbanas onde o objetivo era neutralizar a tradicional tendência oposicionista das mesmas.

Como base de sua estratégia o partido governista contava com o uso quase ilimitado da máquina estatal e com o decisivo reforço da Lei Falcão e os casuísmos eleitorais analisados na primeira parte deste trabalho.

Nas áreas urbanas os comandos braguistas investiram com todo vigor nos bairros proletários e nas áreas periféricas, auxiliados pelo MAF (Movimento de Ação Feminina) dirigida pela esposa do candidato pedessista.

O trabalho político-eleitoral que já vinha sendo realizado anteriormente por uma eficiente rede de cabos eleitorais que, ao menos na capital cobriam praticamente a totalidade dos bairros, intensificaram com a proximidade do pleito com um derrame de benesses que incluíam desde calçamentos de rua, obras de saneamento, atendimento médico gratuito (é do conhecimento público a penetração e influência do Sr. Wilson Braga no INAMPS e no meio da classe médica), doação de variado material de construção, máquinas de costura, bicicletas ... e dinheiro em espécie.

Afora as benesses, o empreguismo foi amplamente utilizado em todo o estado, obrigando posteriormente o governador eleito a tomar drásticas medidas de austeridade co

mo demissão de funcionários públicos e instalação de uma Comissão de Desacumulação de Cargos.

Não há ainda um cálculo exato do número de contratações realizadas com finalidades eleitorais, porém, mais importante do que o número é a qualidade das contratações, pois apenas 15% do funcionalismo público é responsável por 52% da folha de pagamentos.<sup>49</sup>

Neste sentido a contratação de apenas 300 novos procuradores de Estado com um salário superior a 400.000,00 cruzeiros é bem mais onerosa de que mil contratações de pequenos servidores.<sup>50</sup>

Calcula-se que de cada 70 paraibanos, um é funcionário público.<sup>51</sup>

No interior, foi particularmente decisiva a convergência da sub-legenda, do voto vinculado e da simultaneidade das eleições a todos os níveis, no sentido da municipalização do pleito.

Considerando que o PMDB controlava apenas 26 prefeituras

---

<sup>49</sup> Dados revelados pelo governador eleito Wilson Braga em entrevista à TV Globo e citados por Antonio Mariz no debate sobre "A crise do Estado" na ASPEP, no dia 29-IV-83.

<sup>50</sup> Estas 300 contratações foram realizadas pelo ex-governador Tarcísio Burity.

<sup>51</sup> Debates sobre "A crise do Estado". Op. cit.

turas e o PDS 145, fica claro que a municipalização, no quadro descrito, levou inexoravelmente ao triunfo do PDS que era o partido mais organizado e aquinhoado dispondo de diretórios em todos os municípios.

Como se isto não bastasse, a Lei Falcão era constantemente burlada na TV e no rádio em favor do partido governista, com o sistemático aparecimento de Braga junto ao governador em exercício Clóvis Bezerra, em atos públicos, inaugurações de obras, etc. ... que se configurava como uma verdadeira propaganda eleitoral. Até um misterioso guarda-nã "Wilson" apareceu insistentemente no vídeo anunciando: "Wilson fará sua vida melhor", desaparecendo após a eleição tão misteriosamente como surgiu.

A Imprensa foi colocada sem cerimônias ao serviço do oficialismo, com exceção do semanário marizista *O Momento*. A oposição via-se impossibilitada de competir mais uma vez, neste campo, com o partido governista, que dispunha de mais recursos para pagar as empresas. Os jornalistas Walter Galvão e Nonato Guedes denunciaram o fato em debates promovidos pela UFPb, revelando que à época uma página inteira de jornal, como matéria paga, equivalia ao preço de um Fusca.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Debates promovidos na UFPb, pelo curso de Comunicação e pelo comando de greve na Faculdade de Direito em que a autora foi um dos expositores.

Quanto ao financiamento direto ou indireto da camp  
na o PDS contou com recursos provenientes da máquina esta  
tal e com financiamento da empresa privada. O apoio do go  
verno federal foi irrestrito, como para o resto do Nordes  
te, a presença do Presidente Figueiredo e de vários de seus  
ministros são mais do que evidências. Os ministros vinham  
munidos de convênios que se destinavam prioritariamente aos  
municípios pedessistas.<sup>53</sup> Os recursos provenientes da má  
quina eram extremamente variados: empregos públicos, ver  
bas de emergência, de empresas de economia mista (CIDAGRO ,  
DER, SAELPA, CAGEPA, etc.), Fim Social, verbas federais a  
fundo perdido, favores fiscais como o perdão das dívidas  
de luz, água, de impostos devidos, etc...

O desequilíbrio das finanças estaduais, o atraso no  
pagamento do funcionalismo, e o endividamento das empresas  
de economia mista, embora tenham sua origem nas causas es  
truturais, acima analisadas, foram evidentemente agrava  
das pelas práticas clientelistas pré-eleitorais.

A empresa privada, como vimos, financiou tanto o PDS  
como o PMDB, embora os recursos destinados ao partido do  
governo fossem mais vultosos. Destacam-se empresas cons

---

<sup>53</sup> Estes convênios foram viabilizados através do PAM (Progra  
ma de Assistência aos Municípios), programa federal  
criado com finalidades eleitorais. Apesar da pressão  
dos políticos pedessistas para que os recursos fossem  
destinados apenas para os políticos do partido gover  
nista, os prefeitos do PMDB receberam as verbas desti  
nadas a seus municípios através da SUDENE. Porém, dado  
o fato da maior parte das prefeituras estarem nas mãos  
do PDS, é evidente que o programa, em termos eleitorais,  
favoreceu prioritariamente ao partido do governo.

trutoras e de transportes afora a contribuição específica da empresa São Brás.<sup>54</sup>

## B.2. OS RESULTADOS ELEITORAIS

Durante toda a campanha, e até poucos dias antes da eleição, os líderes do PMDB estavam confiantes nas chances de vitória. Estimavam que o páreo era duro, mas que no pleito para o Governo do Estado o vencedor não obteria uma diferença sobre o adversário superior a 40.000 votos. Alguns calculavam a vitória peemedebista por uma diferença de 30.000 votos.<sup>55</sup>

Como já foi dito, toda a confiança da frente oposicionista residia na expectativa do voto plebiscitário. Os líderes pedessistas sempre afirmaram que ganhariam por uma diferença de mais de 100.000 votos. Porém, existem alguns indícios que indicam que, no fundo tais afirmações formavam parte da estratégia eleitoral e que os pedessistas não

---

<sup>54</sup> A oposição calcula que a contribuição da empresa Café São Brás tenha sido algo em torno de 400 milhões de cruzeiros.

<sup>55</sup> Ibidem. Entrevista com Mário Silveira em 6-XI-82.

estavam, talvez, tão certos da vitória.<sup>56</sup> Em todo caso a diferença de 151.709 votos de Wilson Braga sobre Antonio Mariz surpreendeu todo mundo.

Marcondes Gadelha elegeu-se senador com uma diferença de 64.488 votos sobre Pedro Gondim. O ex-governador Tar<sup>u</sup>císio Burity obteve 173.107 votos, sendo o deputado federal mais votado contra 85.982 votos do veterano João Agri<sup>u</sup>pino, deputado federal mais votado da oposição.

O PDS fez 7 deputados federais, 22 estaduais e 134 prefeituras. O PMDB conseguiu 5 deputados federais, 14 estaduais e 36 prefeituras.<sup>57</sup>

Note-se que o PDS, embora vitorioso, perdeu três deputados na Câmara, outros três na Assembléia e oito prefeituras, em tanto que o PMDB, embora derrotado, ganhou um deputado federal, três estaduais e oito prefeituras.

Dentre os 25 maiores municípios do ponto de vista do

---

<sup>56</sup> A maior prova disto é que o candidato a senador pelo PDS, Marcondes Gadelha, procurou por intermédio do seu irmão, deputado Paulo Gadelha, um acordo com Antonio Mariz, pois temia perder a senatória. O intermediário entre Paulo Gadelha e Antonio Mariz foi o jornalista João Manoel de Carvalho, em cuja casa houve os primeiros entendimentos com Paulo Gadelha, aproximadamente 50 dias antes das eleições. Depois a família Gadelha recuou, por entender que, naquela altura dos acontecimentos, não poderia romper certos compromissos. (Depoimento do jornalista João Manoel de Carvalho e entrevista com Antonio Mariz em 5-V-83).

<sup>57</sup> Dados do Tribunal Regional Eleitoral e o Norte. (5-XII-82).

contingente eleitoral, o PMDB ganhou as prefeituras das seguintes cidades: Campina Grande, Sta. Rita, Bayeux, Pombal, Sapé, Guarabira, Patos, Boqueirão, Mamanguape, Catolé do Rocha, Areia, Solânea e Alagoa Grande.

O PDS vitoriou em Cajazeiras, Souza, Boqueirão, Monteiro, Aroeiras, Itabaiana, Esperança, Antenor Navarro, Queimadas e Uiraúna. Ou seja, o PMDB ganhou nas principais cidades do Estado, tendo o PDS obtido apenas as prefeituras de Cajazeiras e Souza (39 e 59 colégios eleitorais respectivamente).

A vitória do PDS verificou-se principalmente nos pequenos municípios, mas conseguiu reduzir consideravelmente o contingente oposicionista das cidades maiores, sobretudo da capital, com o que desarticulou a estratégia peemedebista que contava neutralizar o peso dos numerosos pequenos municípios governistas com uma ampla margem de vitória em João Pessoa e Campina Grande.<sup>58</sup>

A capital tem uma tradição oposicionista nas eleições majoritárias. Desde 1960 vinha aumentando gradativamente sua vantagem em relação ao partido governista na vo

---

<sup>58</sup>As previsões iniciais do PMDB calculavam a vitória na capital por mais de 40.000 votos de diferença sobre o PDS e por 10.000 a 15.000 votos no município de Campina Grande (entrevista com Mário Silveira em 16-VI-82). As vésperas do pleito, a vitória no conjunto do Estado era calculada com uma margem de aproximadamente 30.000 votos.

tação para o Senado, porém, em 1982, esta diferença caiu consideravelmente em relação as duas últimas eleições (ver tabela 5).

Na eleição para governador, o PDS obteve 48.133 votos em João Pessoa e a oposição 58.769, bem abaixo do esperado.

Porém, nas eleições proporcionais onde tradicionalmente o partido do governo era vitorioso, nota-se, desde 1970, uma tendência ascendente da oposição, que em 1982 ultrapassou os votos governistas em 5,9 e 6,3% do eleitorado nas respectivas votações para a Câmara e para a Assembleia (ver tabelas 6 e 7).

Também pela primeira vez desde 1972, o P/MDB, obteve a maioria na Câmara Municipal de João Pessoa (ver tabela 8).

O fraco desempenho oposicionista da capital nas eleições majoritárias explica-se pela mudança do seu perfil social nos últimos anos. João Pessoa possui um distrito industrial iniciado na década de 60, no governo de Pedro Gondim, e que atualmente encontra-se em plena decadência, como consequência da política regional praticada pelo governo. Das 80 indústrias pessoenses, 40 estão desativadas e espera-se o fechamento de mais 10 empresas em breve. Dos 300.000 trabalhadores do setor industrial, 150.000 estão atualmente desempregados. Segundo denúncias do Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, realizadas

em debate na Câmara Municipal da Capital, "diversas fábricas fecharam suas portas, demitindo todos seus operários quando aproximou-se o término da isenção dos impostos concedidos como estímulo pelo governo".<sup>59</sup> A situação da agricultura é também desalentadora, no Estado 10.000 agricultores estão ameaçados de expulsão da terra em que trabalham.

Os estímulos e incentivos fiscais do Governo beneficiam as grandes empresas agro-pecuárias, voltadas para a exportação, em detrimento da cultura de subsistência praticada pelos pequenos agricultores.<sup>60</sup> Assim, a cana-de-açúcar, que participa com 14% da produção agrícola, conta com 47% de crédito de custeio, enquanto que a mandioca, que tem 10% de participação na produção, recebe apenas 2% de custeio.<sup>61</sup>

Nestas condições, agravadas pela seca, João Pessoa recebe um fluxo de migração rural muito superior ao que pode absorver, dada a sua deficiente urbanização e a crise de sua indústria. O exodo rural aumenta ainda mais o índice de desemprego provocado pela falência da indústria, o que se reflete no cinturão de miséria anexada que cerca a cidade. João Pessoa, que sempre foi fundamentalmente uma ci

---

<sup>59</sup> O Norte, (30-IV-83), p. 3.

<sup>60</sup> O Norte, (29-IV-83).

<sup>61</sup> O Norte, (30-IV-83), p. 3.

dade de funcionários, vê crescer desmesuradamente a demanda de empregos públicos, pois, perante a falência da agricultura e da indústria e a conseqüente recessão que afeta o comércio, e todos os outros setores da economia, só resta o Estado como principal empregador.

Esta situação econômica não poderia deixar de ter seus reflexos eleitorais: por um lado, as populações periféricas provenientes do exôdo rural são extremamente sensíveis aos apelos clientelísticos do partido governista e, por outro lado, a classe média mostrou-se dividida, menos oposicionistas do que em pleitos anteriores. Esta divisão da classe média reflete também os efeitos da crise econômica: as baixas camadas estão proletarizando-se e determinadas facções estão atreladas a burocracia estatal, seu voto é, em grande parte, governista por uma questão de sobrevivência, de "ascensão funcional" e até de identificação ideológica com o sistema.

O próprio candidato à governador Antonio Mariz, confirmou esta análise ao declarar que pelo fato do voto ser vinculado, a candidatura do ex-governador Tarcísio Burity tirou muitos votos do PMDB, já que o funcionalismo era-lhe grato pela concessão de vários benefícios.

Reconheceu ter sido mais bem votado em certos bairros proletários do que nos bairros de classe média, o que evidencia a estreita relação entre o fato da capital ser predominantemente uma cidade de funcionários, à dependên

cia da classe média da burocracia oficial em termos de emprego e o crescente governismo desta classe manifestado nas eleições.<sup>62</sup>

Quanto às populações periféricas, só em áreas realmente industrializadas, com um operariado organizado política e sindicalmente, poderia esperar-se uma votação mais oposicionista, nunca em populações oriundas do meio rural, onde o voto costuma ser um elemento de troca de favores.

Assim como a nível nacional o PDS venceu nos Estados Nordesteiros, concretamente nas áreas mais atrasadas do interior, na Paraíba foi a somatória da votação das pequenas cidades sertanejas e interioranas em geral, que proporcionou a base da vitória pedessista.

Nas "cidades polo" onde o PMDB vitoriou não se verificou uma irradiação para as áreas de influência, ou seja, a oposição perdeu nas pequenas cidades circundantes de "polos" como Campina Grande, Guarabira e Catolé do Rocha.

É que devido à centralização implantada pelo sistema, os municípios procuram diretamente a área federal para obter créditos ou fazer transações comerciais, provocando a desintegração dos "polos" e enfraquecendo as lideranças políticas locais que precisam alinhar-se com o partido do governo para sobreviver politicamente, exercendo o papel

---

<sup>62</sup>Entrevista com Antonio Mariz, (5-V-33).

de intermediários entre as bases e as diversas instâncias do poder.<sup>63</sup>

A parte, o erro estratégico da oposição, que aposta va no voto plebiscitário e investia prioritariamente nas grandes cidades, deve-se levar em conta a dificuldade de organização do PMDB num grande número de municípios, devido a falta de recursos, ao controle de menor número de prefeituras, e aos conflitos intrapartidários derivados da incorporação, problemas estes que o PDS não enfrentava.

De forma global, temos explicado a vitória governista basicamente pelos efeitos dos casuísmos legais, aliados ao rol-compressor da máquina estatal. Como explicar resultados diferenciados, em diversas cidades e municípios de um mesmo estado?

Todo resultado eleitoral é a consequência do entrelaçamento de uma série de variáveis, a variável principal que norteia as eleições a nível estadual, podendo ser neutralizada pela interferência de especificidades locais que explicam resultados diferentes para diferentes combinações de fatores políticos.

Por exemplo, a vitória do PMDB em Campina Grande deve-se, em grande parte, a liderança de Ronaldo Cunha Lima,

---

<sup>63</sup> A tese sobre as razões da perda de influência das "cidades polo" sobre suas áreas circundantes fora sugerida pelo Prof. William Tejo, a respeito do caso de Campina Grande, e confirmada por Antonio Mariz, em entrevista de 5-V-83.

considerado imbatível na sua terra, liderança esta ainda mais realçada pelo contraste com a figura pouco popular do candidato pedesista Vital do Rego que, após a derrota, fez longa declaração à imprensa afirmando ter sido traído pelo próprio partido do qual se desligou. A Igreja chamou também a si parte da responsabilidade pela vitória, afirmando que a "missão estava cumprida" logo após a divulgação dos resultados.

O pleito de 1982 veio fortalecer o poder de um dos grupos oligárquicos do Estado, o chamado "Grupo da Várzea", que conta atualmente com seis deputados estaduais (Afrânio Bezerra, Fernando Milanez, Aécio Pereira, Francisco Pereira, João Ribeiro e Carlos Pessoa Filho) e dois deputados federais (Joacil de Brito Pereira e Adauto Pereira).

Este grupo representa os interesses da indústria açucareira dos Veloso Borges e dos Ribeiro Coutinho. Laços familiares unem os interesses do usinismo-açucareiro ao poderoso grupo sertanejo dos Pereira de Pombal, liderado pelo deputado Francisco Pereira, o que tem ampliado o espaço do "Grupo da Várzea" em termos de poder eleitoral, de influência decisória e de ocupação de cargos.<sup>64</sup>

Na última década o deputado estadual mais votado sempre foi um elemento do grupo e sempre com uma votação crescente. O que vem refletir ao nível da representação legis

---

<sup>64</sup> O Norte, 21 e 27-XI-82.

lativa a permanência, embora seletiva, dos traços oligárquico-familísticos do estado e as conseqüências políticas da política econômica governamental.

Como pode se perceber nas tabelas e histogramas em anexo, a votação para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa sempre mostraram uma perfeita sintonia de resultados mesmo quando não existia o voto vinculado (ver especialmente a Tabela 4).

Poderia-se dizer que existe uma espécie de vinculação natural dado o localismo e o paroquialismo que caracterizam a eleição nestes dois níveis.

Assim a percentagem diferencial entre estas duas Casas tanto para a ARENA como para o MDB era, em média de 0,6% antes do aparecimento do voto vinculado.

Nas eleições proporcionais a predominância do partido do governo é clara, permanente, sem grandes oscilações, embora tenha havido na recente eleição um pequeno aumento da percentagem de votação oposicionista.

Onde a votação apresenta maiores oscilações é nas eleições para o Senado. Neste nível o comportamento eleitoral se pauta mais pela polarização em torno de chefias políticas de maior liderança e expressão ou reflete situações de aliança/dissidência típicas das eleições onde o voto não era vinculado (ver histograma 2).

Assim, a liderança de Rui Carneiro explica a ampla

vitória do MDB para o Senado na eleição de 1966, que não consegue se repetir em 1970, quando Humberto Lucena e Argemiro de Figueiredo seriam derrotados folgadoamente pela dupla Domício Gondim/Milton Cabral. A segunda grande vitôria oposicionista em 1978, só seria possível graças a dissidência agripinista, que levou parte da ARENA a apoiar a candidatura de Humberto Lucena, que derrotaria estrondosamente Ivan Bichara.

A análise da evolução das tendências políticas estaduais é dificultada pela introdução de casuísmos eleitorais, principalmente pela referida vinculação obrigatória dos votos. A utilização de medidas estatísticas, como a taxa evolutiva, por si sós, não explicam suficientemente as tendências políticas dada a mudança radical da legislação eleitoral em relação às eleições passadas.

O certo é que a vinculação veio reforçar o tradicional peso do governismo no estado.

### B.3. O PESO ELEITORAL DOS SINDICATOS E DOS GRUPOS DE PRESSÃO

O movimento sindical paraibano é extremamente fraco, devido principalmente ao fracassado modelo de industrialização. Os sindicatos mais ativos são os rurais, como a FETAG e a CONTAG, mobilizados perante o problema da terra, com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese que, publicamente apoiou o PMDB.

A maior parte dos sindicatos urbanos apoiou a candidatura de Wilson Braga.

O PT controlava o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem e a AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), porém, a votação dos candidatos petistas por ela apoiados revelou-se irrisória.

A ação sindical, mesmo quando ativa em alguns setores, como grupo de pressão, não mostrou-se eficaz em termos eleitorais. Não houve nem organização, nem união sindical, face às eleições. Mesmo dentro de uma mesma categoria, os sindicatos eram divididos no que se refere à ação partidária.

O movimento feminista mostrou-se também desorganizado e dividido face às eleições. Basicamente o confronto se

deu entre o grupo da "Federação das Mulheres" e o grupo "Maria Mulher", este último acusava a Federação de tentar manipular eleitoreiramente o movimento feminista, visando a carrear votos para o PMDB, já que a organização paraibana da Federação estava a cargo de Sonia Germano, candidata à vereadora pela frente oposicionista, secundada pela esposa do candidato Antonio Mariz. O movimento dividiu-se, e o coletivo feminista "Maria Mulher", sentindo-se bloqueado, resolveu não participar da "Federação das Mulheres" e não apoiar partido nenhum enquanto coletivo feminista.

Alguns candidatos do PMDB e do PT procuraram o coletivo e, individualmente, assumiram o compromisso de, durante a campanha defender as principais teses feministas.<sup>65</sup> Com este divisionismo, o MAF (Movimento de Ação Feminina) liderado pela esposa do candidato pedessista, só teve a lucrar, atuando organizada e eficientemente nos bairros da capital.

Após a vitória governista, D<sup>ª</sup> Lúcia Braga passou à presidir a FUNSAT (Fundação Social do Trabalho), aproveitando os quadros do MAF. Esta fundação esvaziou praticamente a "Secretaria do Trabalho e Serviço Social", embora esta última não tenha sido desativada. A finalidade da FUNSAT, cujos programas se dirigem especificamente às populações periféricas de baixa renda, parece apontar claramente para um

---

<sup>65</sup> Depoimento da Prof<sup>ª</sup> Eleonora de Oliveira, ativista do coletivo "Maria Mulher" e Debate na UFPb com Fanny Taback sobre "Mulher e Política", em que a autora era debatadora em 29-IV-83.

reforço da prática clientelística do braguismo.

A Universidade Federal da Paraíba, apesar da ilusão ótica de certas análises, não pode ser considerada em bloco como um grupo de pressão. Como instituição, ela reflete as clivagens que permeiam a sociedade paraibana e os conflitos de classe. Certamente, as três associações de classe desta universidade, ADUF, dos professores; AFUF, dos funcionários e os Diretórios Estudantis configuram-se como oposicionistas, razão pela qual, para alguns, a Universidade como um todo aparece como tal.

Desde o início da campanha, as três associações universitárias dividiram-se internamente, na opção entre o PT e o PMDB.

À medida que se aproximava o pleito, a tendência peemedebista foi-se fortalecendo, vingando a tese do "voto útil" perante a evidente fraqueza do PT.

A Igreja, como instituição, não apareceu politicamente coesa, apesar de liderança progressista do Arcebispo D. José Maria Pires que, após uma inicial simpatia pelo PT, apoiou decididamente o PMDB. Alguns bispos paraibanos, como D. Marcelo Carvalheira, de Guarabira e D. Luis Fernandes, de Campina Grande, alinham-se com a orientação progressista da Arquidiocese, concretizada na ação das Comunidades de Base, no Movimento de Evangelização Rural e nas Pastorais rural e urbana. Estes movimentos, mistos de elementos leigos e religiosos, visam a união dos cristãos pe

la fé e a instrução e conscientização política do povo, de modo a prepará-lo para uma ação e organização junto aos seus sindicatos e grupos de pressão, na defesa de seus interesses. Não apoiam em princípio partido nenhum, mas preparam o povo para fazer sua própria e consciente escolha política.<sup>66</sup>

As dioceses de Cajazeiras e de Patos, com os bispos D. Zacarias Rolim e D. Expedito de Oliveira não participavam politicamente a nenhum nível.

A facção progressista da Igreja, liderada por D. José, apoiou extensivamente os trabalhadores rurais nos conflitos da terra, via Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese. O ex-ativista do Centro, Vanderley Caixe, candidato a deputado federal pelo PMDB, obteve 13.364 votos, bem aquém do esperado.

Dados os resultados eleitorais gerais do Estado a influência política da Igreja parece ter sido inexpressiva.

---

<sup>66</sup>Entrevista com D. José Maria Pires (16-IX-83).

## CONCLUSÕES

Assim como o comportamento eleitoral dos indivíduos é condicionado, entre outras variáveis, pela sua classe social e pela consciência ou não dos interesses objetivos da mesma, existe uma estreita relação entre o papel político e a função econômica que a região ocupa, através da História, dentro de uma determinada divisão nacional do trabalho.

A região nordestina configura-se economicamente como um mercado externo do Centro Sul do país, dentro de uma relação de dependência agravada pela centralização do sistema e pelo fracasso da chamada "modernização conservadora".

A política econômica adotada pelo poder central aumenta gradativamente as diferenças regionais e o conseqüente empobrecimento da região, mas favorece o bloco dominante local, um dos principais beneficiários da política de incentivos do crédito subsidiado, dos Programas Especiais, das verbas de emergência, da implantação dos grandes projetos agropecuários e industriais e do esforço das atividades agro-exportadoras em detrimento das culturas de subsis

tência.

A contrapartida política desta dependência econômica é a estrita dependência política do poder central a respeito do Nordeste, ao ponto de ter que arquitetar o jogo eleitoral em função da idiosincrasia nordestina, única região onde poderia obter o apoio político de que carece nos centros mais desenvolvidos e politizados do país.

Mesmo assim, a vitória só pode ser relativamente assegurada graças aos casuísmos eleitorais e ao peso dos recursos da máquina do Estado.

Em termos globais, ou seja à nível nacional, comparando os votos dados à oposição e ao PDS, o governo foi derrotado, não atingindo propriamente a legitimidade procurada.

Na Paraíba, como no resto do Nordeste, o PDS configurou-se como um partido "regionalizado" com forte tendência a constituir-se num partido dominante, ou ultra-dominante, se se mantiverem os mesmos parâmetros eleitorais.

Face as esperanças peemedebistas depositadas no voto plebiscitário, os resultados eleitorais evidenciaram a municipalização do pleito e, portanto, o peso considerável dos pequenos municípios, que somados, neutralizaram as fracas vantagens peemedebistas nos principais colégios eleitorais.

A prática clientelística é a tônica dominante num es

tado economicamente insolvente, onde o governo é o principal empregador, embora não disponha de recursos para atualizar o pagamento do próprio funcionalismo.

Com o partido governista alinharam-se os principais grupos econômicos, amplos setores da população de baixa renda e frações da classe média.

O voto oposicionista ainda conserva o seu caráter urbano, embora com menor força, devido a alterações no perfil sociológico das cidades, que vem diminuir sua influência nas áreas circundantes, devido ao processo de centralização.

Na Paraíba, a divisão das oposições não afetou significativamente a margem da derrota peemedebista, dado o fraco desempenho eleitoral do PT.

A fraqueza e a divisão do movimento sindical e dos grupos de pressão da sociedade civil reforçaram o triunfo do PDS, em detrimento da frente oposicionista.

A ausência de projetos ou plataformas partidárias consistentes assim como a inexistência de qualquer ideologia política definida é característica comum a todos os partidos.

Nestas condições, a escolha política foi guiada, para a maior parte do eleitorado, pela "utilidade" do voto ou pela fidelidade a uma chefia política. Entendendo-se aqui a "utilidade" ora como o "voto útil" de fundo ideolô

gico, de certas parcelas da oposição, ou como elemento de troca de favores, dentro da prática clientelista dominante.

Face ao rolo compressor da máquina do estado e ao arbítrio dos "pacotes eleitorais", a oposição lembrava a pequena figura de David frente ao gigante Golias.

Que esperar do futuro? Uma solução ao modo bíblico é a única esperança da oposição. A questão é saber se poderá dispor de uma funda para acertar a pontaria.

Talvez não esteja tão distante da verdade o senador do PMDB paulista, Severo Gomes, para o qual a preferência dos Nordestinos pela oposição é uma questão de tempo.

A prática clientelística, para obter resultados eleitorais, exige o cumprimento de sua contrapartida material de favores ou benesses.

O poder central já está dando sinais de que não poderá cumprir, na atual situação de crise e recessão econômica, suas promessas e compromissos com o conjunto dos insolventes estados nordestinos.

O que foi percebido e até verbalizado pelo próprio governador eleito da Paraíba, em reunião da SUDENE no dia 29 de abril passado, quando declarou-se frustrado e desanimado com os irrisórios 7,9% do FINSOCIAL destinados ao Nordeste pelo governo federal. Em recente declaração, afirmou também a necessidade do governo federal autorizar para

a Paraíba a negociação de empréstimos, acima de sua capacidade de endividamento, na ordem de 20 milhões de dólares, sem o qual a única solução seria "fechar o Estado".<sup>67</sup>

Por outro lado, o governo deverá enfrentar algumas dificuldades na aprovação de novos pacotes eleitorais, como evidência a rejeição do projeto do voto distrital, não só da parte da oposição como de setores do PDS, inclusive o paraibano.

É neste sentido que o Planalto negocia a sua aliança com o PTB a nível do Congresso, vital no contexto da nova composição da Câmara Federal, onde o governo perdeu a sua maioria.

Entretanto, o PMDB paraibano aposta numa cisão do bloco pedessista, devido à crise do Estado e às contradições interpartidárias que deverão acirrar-se por ocasião do próximo pleito.

---

<sup>67</sup> *O Norte*, (30-IV-83) e Noticiário da TV Globo, (4-V-83).

## BIBLIOGRAFIA

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Escritório Técnico de Estu  
dos Econômicos do Nordeste. Projeto Nordeste. Grupo  
III - Avaliação e sugestões para o aprimoramento dos  
Programas Especiais do Nordeste. I Parte. Descrição  
Sucinta dos Programas Especiais (versão preliminar). For  
taleza, 1983.

BLONDEL, Jean. As condições da vida política no Estado  
da Paraíba. 1ª edição. Rio de Janeiro, Fundação Getú  
lio Vargas, 1957.

BURSZTYN, Marcel. "Nova Forma de um Velho Compromisso".  
(mimeografado). Campina Grande, 1982.

---

\_\_\_\_\_. Autoritarisme, Politiques de Develop  
ment Regional et legitimisation dans le Nord-Est Bresilian:  
Essay sur les rapports pouvoir central pouvoir local. Te  
se de Doutorado do III<sup>eme</sup> Cycle, Université de Paris I  
(Sorbonne). Paris, 1982.

Da Rosa Borges, Vera Maria & Raul Fiorentino. Análise Pre  
liminar da Política Agrária no Nordeste Brasileiro no

- período 1950-1980, enfatizando o Estado de Pernambuco. Texto nº 10. Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. UFPE. Recife, 1981.
- DINIZ, Eli. Voto e máquina política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- FLEISCHER, V. David. Os partidos políticos no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- \_\_\_\_\_. "A evolução do quadro partidário 1979-1982". Um requi<sup>u</sup>m para um pluri-partidarismo moderado? (mimeografado). ANPOCS. Nova Friburgo, Rio de Janeiro, 1982.
- LINS, Janete. Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa. João Pessoa, Ed. Universitária - UFPb, 1980.
- PMDB. "O momento atual e as tarefas do PMDB: Conclusões do 1º encontro estadual do PMDB da Paraíba". (mimeografado). Campina Grande, (fevereiro 1983).
- PT. Grupo de Trabalho da Comissão Nacional. "O partido dos trabalhadores e as demais correntes políticas de esquerda". Resolução da Comissão Nacional Provisória, (1981).
- REDWOOD III, John & TOLEDO CABRAL, Pedro Eugenio. Análise Preliminar dos Programas Especiais de Desenvolvimento Rural que atuam em Pernambuco. Texto nº 11. Mestrado em

- Desenvolvimento Urbano e Regional. UFPE. Recife, 1981.
- ROLIM, Francisco Sales. Política nos Currais. João Pessoa: Acaña. 1973.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1980.
- SOUZA. M<sup>re</sup> do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SUDENE - PROJETO NORDESTE. Termos de Referência para uma avaliação e redefinição de uma política de desenvolvimento rural para o Nordeste Brasileiro. Recife, 1982.
- 
- \_\_\_\_\_. Política Regional para o Nordeste. (versão preliminar). Recife, 1983.
- 
- \_\_\_\_\_. G.T.II. Instrumentos Setoriais para a redefinição da política de desenvolvimento rural para o Nordeste. S.GT1. Ação Fundiária (resumo do relatório). Fortaleza, 1983.
- 
- \_\_\_\_\_. Grupo I. Subgrupo A. Documento técnico nº 3. Elementos básicos para a definição de propostas políticas de emprego e participação social para o Nordeste. Recife, 1983.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. São Paulo, Paz e Terra. 1978.
- TABAK, Fanny. (org.) Ideologias - Populismo. Rio de Janeiro, Ed. Eldorado, 1973.

ANEXO

TABELA 1

ESTADO DA PARAÍBA. ELEITORADO, VOTANTES E ABSTENÇÃO

1966/70/72/74/76/78

DATA	ELEITORADO	VOTANTES		ABSTENÇÃO	
		ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
15.11.66	553.055	413.247	74,8	139.808	25,2
15.11.70	630.584	476.069	75,5	154.515	24,5
15.11.72	753.262	577.570	76,7	175.692	23,3
15.11.74	853.202	640.089	76,7	195.113	23,3
15.11.76	964.111	746.397	77,4	217.714	22,6
15.11.78	1.012.967	768.566	75,9	244.401	24,1

Fonte: FIPLAN - Coordenadoria de Estatística e Informática. "Estatísticas Eleitorais", João Pessoa, A União Ed., 1982.

TABELA 2

ESTADO DA PARAÍBA. ELEITORADO E RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER  
LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL. 1966/70/74/78

DATA	ELEITORADO	CASA	VOTOS POR LEGENDA				VOTOS BRANCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			ARENA		M.D.B.		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%						
15.11.66	553.055	Senado	183.320	33,2	192.497	34,8	21.909	4,02	15.521	2,8	139.808	25,2
		Câmara	234.404	42,4	135.600	24,5	32.557	5,9	10.687	2,0	139.808	25,2
		Assembléia	237.132	42,9	138.591	25,1	26.801	4,8	10.723	2,0	139.808	25,2
15.11.70*	630.584	Senado	236.271	37,5	180.588	28,6	46.046	7,3	13.164	2,1	154.515	24,5
		Câmara	246.823	39,1	135.930	21,6	66.280	10,5	27.036	4,3	154.515	24,5
		Assembléia	251.937	40,0	144.281	22,9	52.277	8,3	27.574	4,4	154.515	24,5
15.11.74**	835.202	Senado	278.590	33,4	297.780	35,7	37.707	4,5	26.012	3,1	195.113	23,3
		Câmara	347.055	41,6	183.803	22,0	69.508	8,3	39.723	4,8	195.113	23,3
		Assembléia	354.705	42,5	192.788	23,1	49.447	5,9	38.359	4,6	199.902	23,9
15.11.78**	1.012.967	Senado	303.154	29,9	368.611	36,4	48.332	4,8	48.469	4,8	244.401	24,1
		Câmara	416.676	41,1	214.169	21,2	88.566	8,8	59.155	4,9	244.401	24,1
		Assembléia	425.826	42,0	222.705	22,0	66.788	6,6	49.376	4,9	248.272	24,5

Fontes: T.R.E. - Dados Brutos. - Elaboração: FIPLAN - Coordenadoria de Estatística e Informática.

\* - Nas eleições de 1970, para o senado, os votos de cada partido são média aritmética dos resultados obtidos por seus candidatos.

\*\* - Nas eleições de 1974 e 1978 estão computados os votos, para o Legislativo Federal, dos eleitores inscritos na Paraíba e residentes em Brasília.

TABELA 3

ESTADO DA PARAÍBA. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, PODER  
LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL - 1982

DATA	ELEITORADO	CASA	VOTO DE LEGENDA						VOTOS BRANCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			PPS		PMDB		PT		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%						
		Senado	509.696	39,9	342.710	26,8	3.730	0,29	78.951	6,1	29.165	2,2	311.361	24,4
15.11.82	1.275.613	Câmara	501.446	39,3	330.668	25,9	3.578	0,28	87.205	6,8	41.239	3,2	311.361	24,4
		Assembléia	492.457	38,6	323.547	25,3	3.580	0,28	90.590	7,1	54.078	4,2	311.361	24,4
		Governador	509.855	39,9	358.146	28,07	3.918	0,30	70.291	5,5	22.042	1,7	311.361	24,4

Fonte: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

TABELA 4

ESTADO DA PARAÍBA. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER  
LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL  
VOTOS POR LEGENDA EM % DO ELEITORADO  
1966/70/74/78/82

CASA	1966		1970		1974		1978		1982	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	PDS	OPOSIÇÃO*
Senado	33,2	34,8	37,5	28,6	33,4	35,7	29,9	36,4	39,9	27,09
Câmara	42,4	24,5	39,1	21,6	41,6	22,0	41,1	21,2	39,3	26,18
Assembléia	42,9	25,1	40,0	22,9	42,5	23,1	42,0	22,0	38,6	25,58

Fontes: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

\* Na coluna "Oposição" estão somadas as percentagens das votações obtidas pelo PMDB e pelo PT, afim de poder estabelecer a comparação com as eleições anteriores de caráter bi-partidário.

TABELA 5

ESTADO DA PARAÍBA - JOÃO PESSOA. RESULTADOS ELEITORAIS PARA O SENADO

1966/70/74/78/82

ANO	ELEITORADO	ARENA / PDS		MDB / OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1966	28.623	8.419	29,4	10.165	35,5	1.381	4,8	940	3,3	7.718	27,0
1970	35.886	18.688	26,0	22.578	31,5	7.148	10,0	3.352	4,7	20.000	27,9
1974	86.073	18.502	21,5	40.765	47,4	3.885	4,5	4.204	4,9	18.717	21,7
1978	108.355	22.140	20,4	51.007	47,1	5.102	4,8	7.027	6,5	23.009	21,2
1982	144.139	44.934	31,1	57.824	40,1	8.139	5,6	3.531	2,4	29.711	20,6

Fontes: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

TABELA 6

ESTADO DA PARAÍBA - JOÃO PESSOA. RESULTADO ELEITORAL PARA A  
CÂMARA DE DEPUTADOS. 1966/70/74/78/82

ANO	ELEITORADO	ARENA / PDS		MDB / OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1966	28.623	10.144	35,4	7.130	24,9	2.398	8,4	1.233	4,3	7.718	27,0
1970	35.886	11.476	32,0	7.006	19,5	4.860	13,5	2.541	7,1	10.003	27,9
1974	86.073	26.713	31,0	26.508	30,8	7.629	8,9	6.506	7,6	18.717	21,7
1978	108.355	34.147	31,5	32.291	29,8	10.104	9,4	8.804	8,1	23.009	21,2
1982	144.139	46.604	32,3	55.117	38,2	8.530	5,9	4.125	2,8	29.763	20,6

Fontes: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

TABELA 7

ESTADO DA PARAÍBA - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. 1966/70/74/78/82

DATA	ELEITORADO	ARENA / PDS		MDB / OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1966	28.623	10.016	35,0	7.319	25,5	2.253	7,9	1.317	4,6	7.718	27,0
1970	35.886	12.038	33,6	7.659	21,3	3.770	10,5	2.416	6,7	10.003	27,9
1974	86.073	28.917	33,6	27.146	31,5	5.102	5,9	6.191	7,2	18.717	21,7
1978	108.355	34.043	31,4	33.788	31,2	8.292	7,7	9.223	8,5	23.009	21,2
1982	114.139	44.766	31	53.785	37,3	10.500	7,2	5.377	3,7	29.711	20,6

Fontes: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

TABELA 8

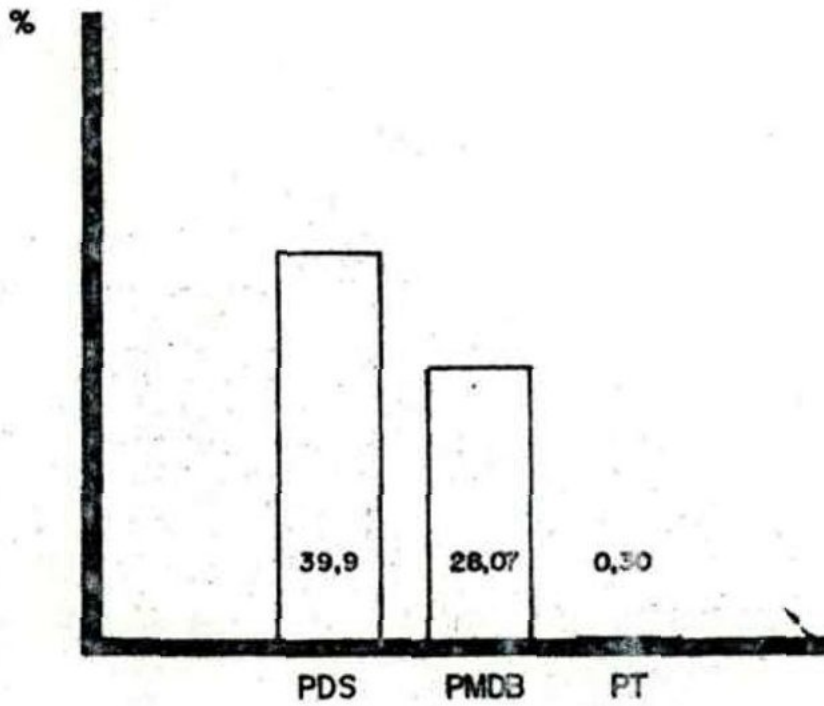
ESTADO DA PARAÍBA. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL  
DE JOÃO PESSOA. 1972/76/82

DATA	ARENA / PDS			MDB / OPOSIÇÃO			BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
	Nº VOTOS	%	VEREA DORES	Nº VOTOS	%	VEREA DORES	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1972	29.781	39	8	23.513	30,7	7	1.459	1,9	4.332	5,6	17.392	22,8
1976	39.820	40,5	10	31.315	31,9	7	1.034	1,0	5.287	5,4	20.855	21,2
1982	47.850	41,9	9	55.686	48,7	10	6.589	5,7	4.307	3,7	29.707	20,6

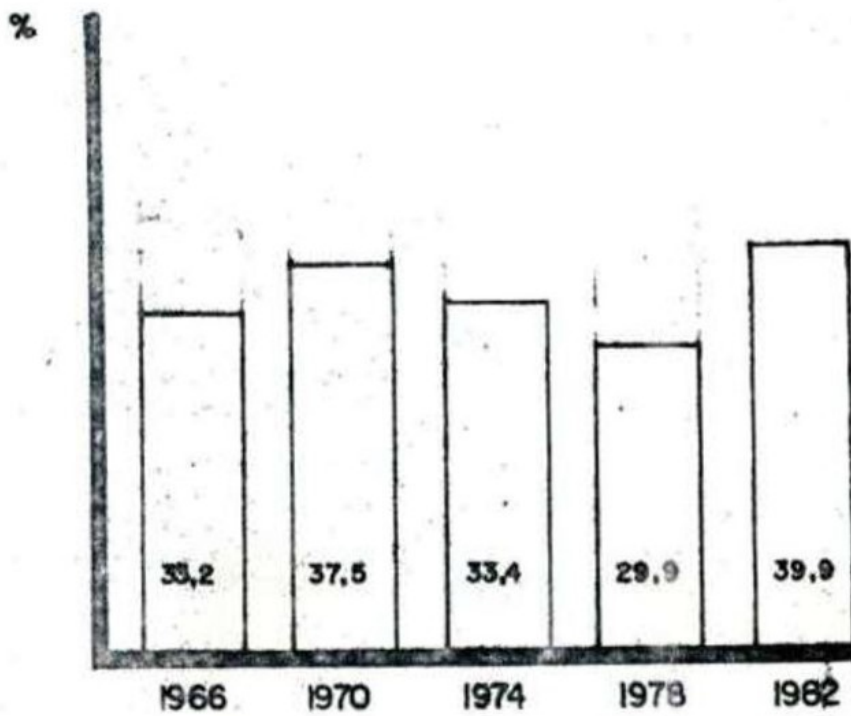
Fontes: T.R.E. - Dados Brutos

Elaboração: Da Autora

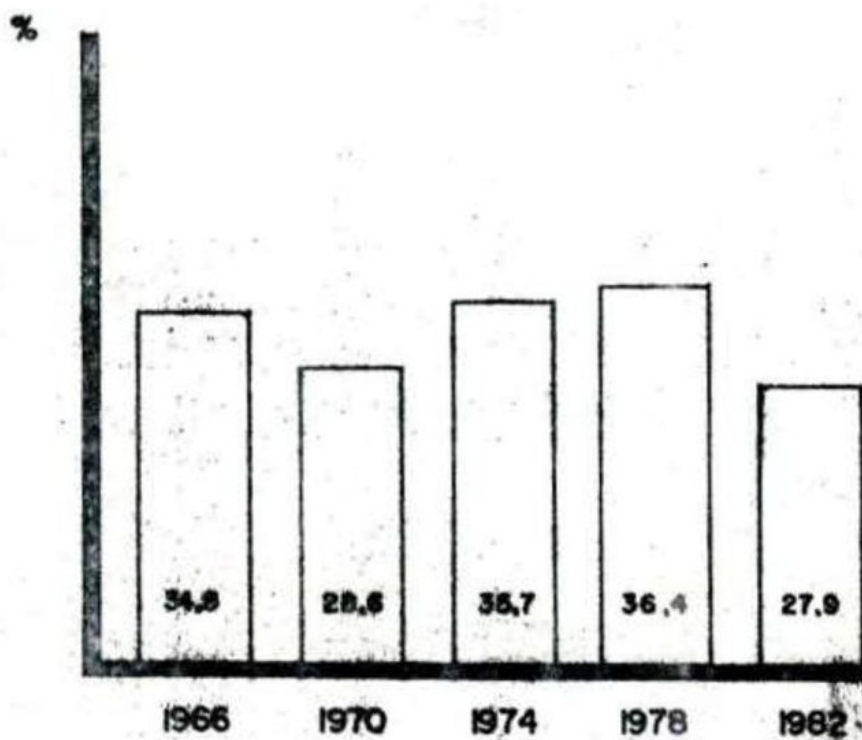
Histograma 1. Estado da Paraíba  
Resultado das eleições de 1982 para o Governo de Estado



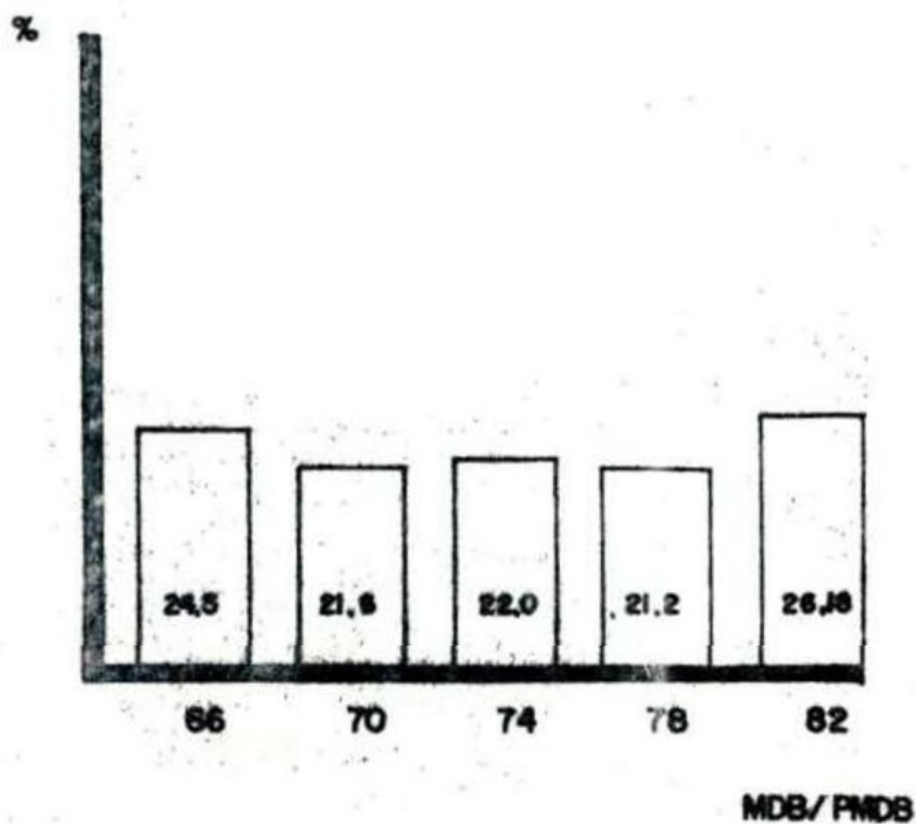
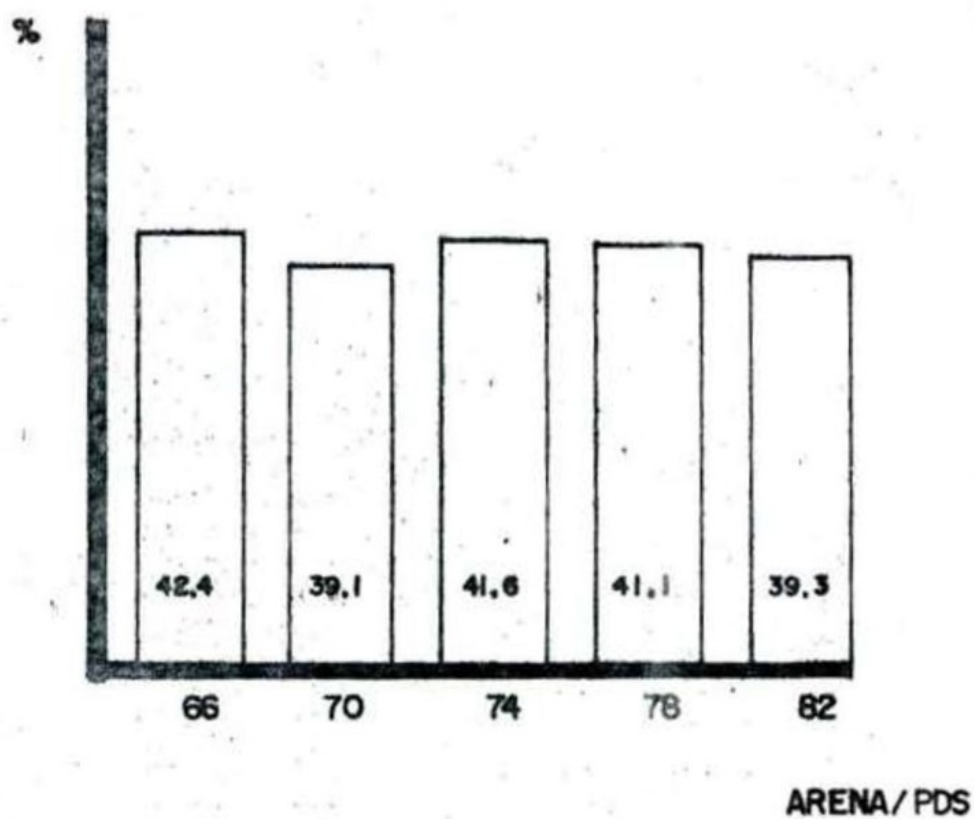
Histograma 2. Estado da Paraíba  
Resultado das eleições para o Senado  
(1966/70/74/78/82)



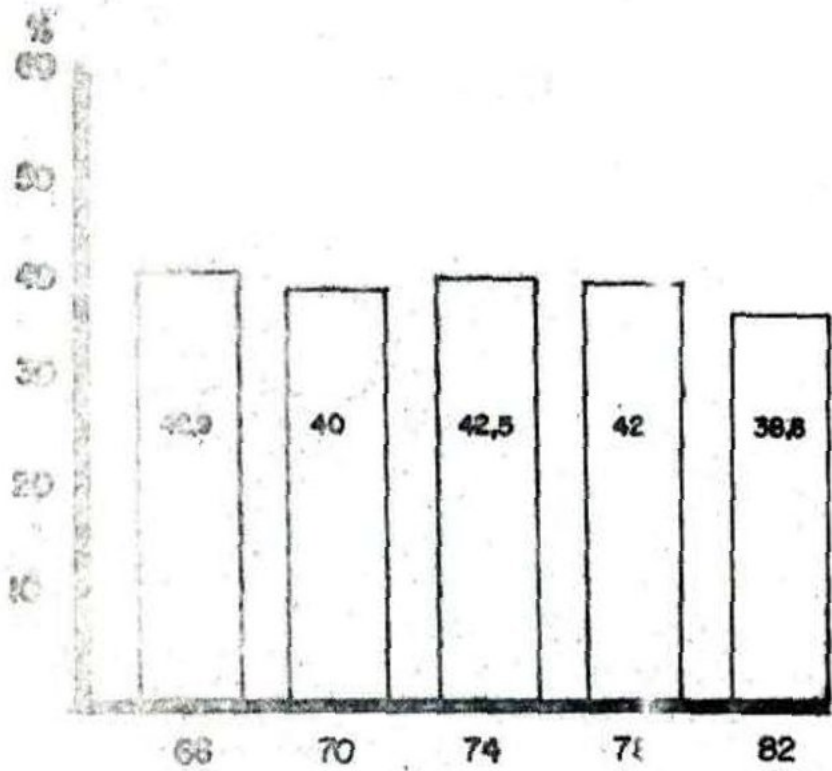
ARENA/PDS



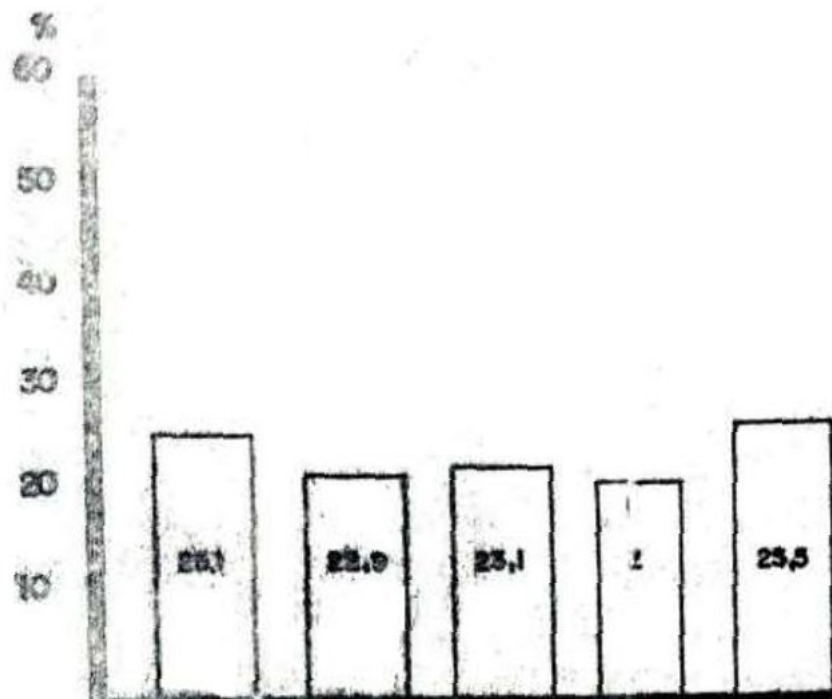
Histograma 3. Estado da Paraíba  
Resultado das eleições para a Câmara Federal  
(1966/70/74/78/82)



Estado da Paraíba  
Resultado das eleições para a Assembleia Legislativa  
(1966, 1970, 1974, 1978, 1982)



ARENA / PDS



TEXTOS UFPB NDIHR JÁ PUBLICADOS

1. RASTROS DA TRAGÉDIA  
MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY  
AGOSTO/83
2. PREÇO DA TERRA, TAXA DE JUROS E ACUMULAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL  
CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES EGLER  
SETEMBRO/83
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO. PARAÍBA 1917 - 1921.  
ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM  
OUTUBRO/83
4. A CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DOS SOCIALISMOS NO BRASIL. A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (1945 - 1947).  
SILVIO FRANK ALEM  
MAIO/84
5. SOLO URBANO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA  
TAMARA TANIA COHEN EGLER  
OUTUBRO/85
6. TRABALHO. O CAPITALISMO ADIANTADO E A CLASSE OPERÁRIA. UM NOVO SINDICALISMO.  
JOANA NEVES  
FEVEREIRO/85
7. SOBRE BANANA E BANANEIROS: PRODUÇÃO MERCANTIL E RELAÇÕES DE TRABALHO.  
JACOB CARLOS DE LIMA  
JANEIRO/85
8. CLIENTELISMO E MÁQUINAS ESTATAL NAS ELEIÇÕES DE 1982  
MARIA ANTONIA ALONSO DE ANDRADE  
MARÇO/85
9. A IGREJA POPULAR NA IMPRENSA PAULISTA  
JOANA NEVES  
FEVEREIRO/85